

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

Universidade Federal de Uberlândia

Kerley Cristina Braz Amâncio

**Nas páginas do Correio – Mulheres e Participação política: uma
análise da luta por direitos na Constituinte de 1988**

Uberlândia
2011

Kerley Cristina Braz Amâncio

**Nas páginas do Correio – Mulheres e Participação política: uma
análise da luta por direitos na Constituinte de 1988**

Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em História, do Instituto de
História da Universidade Federal de
Uberlândia, como exigência parcial para a
obtenção dos títulos de Bacharelado e
Licenciatura em História, sob a orientação da
Prof^ª. Dra. Marta Emísia Jacinto Barbosa.

Uberlândia
2011

Kerley Cristina Braz Amâncio

**Nas páginas do Correio – Mulheres e Participação política: uma
análise da luta por direitos na Constituinte de 1988**

Banca Examinadora

Profa. Marta Emísia Jacinto Barbosa

Profa. Dra. Regina Ilka Vieira Vasconcelos

Profa. Letícia Siabra

Aos meus pais, pela força e incentivo,
às minhas avós, grandes mulheres (in memória)
ao Roberto, pela compreensão e carinho,
nos momentos de ausência.

Agradecimentos

Aos funcionários do Arquivo Público de Uberlândia pela atenção e auxílio à pesquisa.

Aos funcionários (amigos) do CDHIS (Centro de Pesquisa e Documentação em História), da Universidade Federal de Uberlândia, pela oportunidade de conhecer sobre a área de guarda e conservação de documentos.

A minha orientadora Profa. Dra. Marta Emísia Jacinto Barbosa, por acreditar no meu tema de pesquisa, comungando com minhas idéias.

“A principal tarefa do historiador não é julgar, mas compreender, mesmo o que temos mais dificuldade para compreender. O que dificulta a compreensão, no entanto, não são apenas nossas convicções apaixonadas, mas também a experiência que as formou”. (HOBBSAWM, 1995)

Resumo

Este trabalho pretende analisar, por meio da imprensa escrita, o processo de ingresso das mulheres no âmbito público, bem como sua atuação no cenário político, durante a década de 1980.

A partir do movimento de luta por direitos – “Lobby do Batom”, refletimos a cerca da participação política das mulheres, no debate Constituinte, assim como suas estratégias de articulação política e inserção social. Nesse sentido, indagamos a respeito do lugar social ocupado por estas mulheres (classe), bem como este espaço se relaciona com a formação dos movimentos de mulheres, no período. O que buscamos aqui foi questionar como a história lidou com a presença destes novos personagens.

Palavras-chave: mulheres, imprensa, inserção social, espaço público e cidadania.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

ONU – Organização das Nações Unidas

PADDM – Programa de Apoio e Defesa dos Direitos da Mulher

PEA – População Economicamente Ativa

Sumário

Introdução.....	1
1 As mulheres em questão	5
1.1 Novos sujeitos no espaço público	5
1.2 História das mulheres: uma temática em discussão	10
1.3 A criação do CNDM	14
1.4 “O Lobby do Batom” – uma mobilização por direitos da mulher.....	18
2 Movimento feminino e imprensa	24
2.1 “O Lobby do Batom” nas páginas do Correio de Uberlândia	24
2.2 Mulheres em ação - a mobilização a cerca do movimento por direitos	31
2.3 O movimento nas instâncias de poder.....	38
2.4 Do lugar social á interdição da fala	44
Conclusão.....	50
Fontes.....	53
Bibliografia.....	54
Anexo.....	57

Kerley Cristina Braz Amâncio (1986)

Nas páginas do Correio – Mulheres e Participação política: uma análise da luta por direitos na Constituinte de 1988
65fls.

Orientadora: Marta Emísia Jacinto Barbosa

Monografia (Bacharelado e Licenciatura) – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História.

Inclui Bibliografia.

Palavras – Chave: História – Mulheres – Imprensa - Cidadania.

Introdução

A partir da abordagem da história social, centrada no sujeito e suas relações na sociedade, ou seja, nas experiência/vivências desses no processo histórico, procuramos analisar a participação de novos sujeitos – *mulheres*, no espaço público e no processo de feitura da história.

Pretendemos demonstrar como essas mulheres foram colocadas em evidência, bem como, a construção de uma história/memória dessas foi elaborada ao longo de um processo histórico. Nesse sentido, observamos que a contribuição de novas abordagens e campos de estudo, como a antropologia, história das mentalidades, e a própria história social, possibilitou e ampliou nossos olhares para esses outros personagens.

Aqui, buscamos explorar como as mulheres adentraram no espaço público da política e da cidadania. Para isso, escolhemos analisar um movimento de mulheres da década de 1980, conhecido como “Lobby do Batom”, que trata da busca por direitos na Constituinte de 1988. Mas, o que nos motivou a investigar tal acontecimento?

Primeiramente, porque neste período, o país passava por um processo de redemocratização política, e as mulheres já vinham se colocando na luta por uma sociedade melhor. No período ditatorial, que vai de 1964-1985, houve uma explosão de movimentos femininos – Movimento pela anistia (1965); contra a carestia (1967-68); por creches (1970), o que projetou a atuação das mulheres. Elas estavam organizadas: nos bairros, nos clubes de mães; etc.

Outro fator marcante nesse período foi a repercussão dos ideais feministas, na Europa e nos Estados Unidos, e posteriormente aqui no Brasil, que pregavam a igualdade entre homens e mulheres. E o movimento que escolhemos estudar, que relação possui com esses acontecimentos?

A partir do seu cotidiano, das experiências/ vivências dessas mulheres, houve uma tomada de consciência, que as lançaram além das fronteiras do lar. Ou seja, a partir da “matriz dominante”, de que nos fala Sader, estas mulheres construíram novas “matrizes discursivas”, polemizando reflexões sobre suas condições na sociedade, bem como, preparando-se para movimentos mais amplos, como o movimento de luta por direitos.

Dentro desse contexto, escolhemos trabalhar com o período que se inicia no ano de 1985, em que é criado um órgão institucional, para tratar das questões femininas, o CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher), até o ano de 1988, quando da discussão e elaboração da Nova Constituição.

Buscamos evidenciar nesse período como as mulheres se organizaram para o movimento, no município de Uberlândia; quem são essas mulheres e de que forma o movimento nacional foi retratado na imprensa local (Jornal Correio). No entanto, nossa preocupação foi demonstrar que as mulheres já estavam, há muito tempo, articulando fora do espaço privado do lar, mesmo que não aparecem na história /memória.

É importante para nós, salientar que as mulheres já estavam atuando ativamente, á frente de seus direitos, antes da chegada do *feminismo*, aqui no Brasil, bem como, da formação dos movimentos de mulheres. As mulheres lutavam por causas imediatas, emergenciais, como uma creche para deixar seus filhos. Esse é um dos pontos que procuramos explorar – *as divergências entre o discurso feminista e as causas das mulheres das camadas populares*, o que para nós, é de suma importância para compreendermos em que lugar social estas “outras mulheres” se situam e são retratadas pela história/memória.

(...)“Passando a ter uma vida ativa fora do lar, elas não mais se satisfazem com os papéis subalternos e passivos a que estavam destinadas. Ingressando na “vida ativa”, essas mulheres não podiam mais suportar a carga do serviço doméstico, onde eram, até então, apenas provedoras das condições para que seus maridos pudessem se desincumbir de suas atividades fora do lar. Alteram-se as relações na vida”.¹

Outro aspecto dessa mudança nas relações sociais, que nos traz Sader, foi á entrada da mulher no mercado de trabalho. Pudemos observar ao longo do trabalho, que a emancipação feminina, contribuiu significativamente para a projeção da mulher no espaço público, bem como, para sua tomada de poder, através da inserção nos movimentos femininos. Dessa forma, procuramos mostrar como essas novas relações no trabalho; no movimento de bairro, ou da Igreja; etc propiciaram a base para movimentos maiores, como o que analisamos nesse estudo.

¹ SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiência, falas, e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 223.

Também procuramos analisar como essas mulheres eram percebidas e retratadas, através do discurso da imprensa. Como e de que formas essas mulheres apareciam no jornal, assim como, este elegia personagens, deixando de lado à margem tantas outras mulheres. Contudo, consideramos o jornal na perspectiva que nos coloca Maciel – “*como força social*”, em que muitos fatores estão em disputa, exercendo uma pressão direta na ideia que se têm dos acontecimentos.

Nesse sentido, o trabalho com o Jornal Correio, periódico tradicional, do município de Uberlândia, apontou para essas operações que legitimam o quê, e quem é notícia, bem como, a palavra impressa ganha status de verdade. Através das seleções do jornal, foi possível notar o que ficava à margem, assim como, perceber os conflitos que se travavam ali.

A constituição do movimento pelo jornal repercutia na maneira, pela qual a sociedade iria recebê-lo e refletir sobre ele. Assim, procedemos à observação da forma como o jornal veiculava as notícias do movimento.

“Todo conceito é histórico, constituído, em determinado momento do processo histórico, por homens reais, concretos, com interesses, valores também reais, concretos”.²

É notório que esses interesses influem, na maneira pela qual, o acontecimento é relatado nos meios de comunicação, como o jornal. Personagens e fatos são edificados, marcando a compreensão da sociedade à respeito do fato, assim como seu posicionamento em relação a um determinado assunto. Todas essas tramas constituem o tecido social, no qual, o acontecer vai tomando corpo, importância ou não na construção da história/memória de um dado fato histórico.

Contudo, o trabalho pretende apresentar como o movimento de luta por direitos, ou “Lobby do Batom”, foi noticiado na imprensa local, assim como, as mulheres de Uberlândia e região o receberam, e se organizaram e participaram, enquanto “força política” da discussão da Constituinte.

Para isso, escolhemos trabalhar com as mulheres, a partir das preposições de Sader à respeito da entrada desses novos personagens em cena, assim como, a emergência de novos sujeitos na história, modificou nosso modo de refletir sobre a participação desses indivíduos, na construção do processo histórico. Tomamos esses

² VEIRA, Maria do Pilar de A. ; PEIXOTO, Maria do Rosário da C. ; KHOURY, Yara M. A. (orgs.). A pesquisa em História. 2º ed. PUC-SP, Editora Ática, 1991, p. 9.

personagens sob o pressuposto da experiência, de que Thompson nos fala, procurando enxergar os sujeitos e as relações, nas quais estão envolvidos.

Portanto, buscamos demonstrar que as mulheres estavam engajadas em muitas frentes de luta, e que sua entrada no espaço público, ocorreu muito antes que o conceito de público/privado fosse desmistificado.

Capítulo 1

As mulheres em questão

1.1 Novos sujeitos no espaço público

“A maior parte da história no passado era escrita para a glorificação e Para o uso prático dos governantes”...(HOBSBAWM, 1998, p. 216)

A historiografia esteve em determinado momento atrelada aos documentos oficiais e aos grandes homens e seus feitos. Reinava a teoria positivista. Com essa, mulheres, trabalhadores, pessoas comuns, etc; estavam alijados do saber/fazer da história. Entretanto, a partir da contribuição da antropologia e da história das mentalidades, bem como dos novos campos abordados pela história social (memória popular), foi possível vislumbrar a participação de novos sujeitos na composição da história.

Como colocado por Thompson no desenvolvimento do conceito de *experiência*, a história social, com viés para as experiências/vivências do sujeito, agente transformador do processo histórico, possibilitou a emergência de estudos que buscavam o diálogo com esses novos sujeitos, uma vez que, partiam da análise do sujeito e suas relações dentro de determinada estrutura, e não da estrutura em si, como campo isolado, mas das inter-relações – econômico, cultural, político e social.

“O estudo do cotidiano tem sido tão ou mais elucidativo das relações sociais de uma sistema do que a análise dos grandes projetos econômicos, políticos e sociais propostos para uma nação, um movimento, uma classe etc”.³

No que se refere á história das mulheres, o cenário não é diferente. Durante muito tempo relegadas ao domínio privado (o lar e suas relações), a partir dessas novas perspectivas historiográficas, a mulher e sua história, ganhou um

³ VIEIRA, Maria do Pilar de A. ; PEIXOTO, Maria do Rosário da C. ; KHOURY, Yara M. A. (org.). A pesquisa em História. 2º ed. PUC – SP, Editora Ática, 1991, p. 19.

novo espaço: o público; e consequentemente tornou-se personagem da história e objeto de estudo. Não que estivessem fora desse, mas a distinção público/privado ocultava seus poderes. Contudo, as mulheres detinham o poder, como nos mostra Perrot em sua análise da sociedade francesa do século XIX: “elas são o poder que se oculta por detrás do trono e, tanto na família como nas relações de negócios [...] as mulheres puxam os fios dos bastidores, enquanto os pobres homens, como marionetes, mexem-se na cena pública”.⁴No entanto, a história das mulheres adquiriu relevância também por outro aspecto, não menos importante: *os movimentos feministas*.

A explosão do feminismo se deu na década de 1970, na Europa e nos Estados Unidos, e seus ideais de igualdade de condições entre homens e mulheres, chegaram ao Brasil em fins da década citada. A partir dos discursos e categorias então instituídos, os sujeitos trabalham nas tramas da história e produzem novas formas de conceber a sociedade.

“Os sujeitos não são livres para produzir seus discursos e nem podem inventar na hora seus sistemas de comunicação. Eles recorrem a matrizes discursivas constituídas e, em primeiro lugar, à matriz da própria cultura instituída através de uma pluralidade de agências sociais. Mas encontramos na sociedade agências que embora participando da cultura instituída (condição para que haja comunicação social), expressam práticas de resistência e projetos de ruptura. Constituem novas formas de agenciamento social, abrem espaço para elaboração de experiências até então silenciadas ou interpretadas de outro modo (...)”.⁵

Assim, as proposições de Sader sobre as experiências dos trabalhadores da São Paulo dos anos 1970-1980, são interessantes para o que se propõem analisar aqui, na medida em que, esses novos personagens colocados por ele (no nosso caso as mulheres), vão trabalhar através desses discursos que as colocam em ênfase, e a partir desses se incorporem a estrutura social, criando novos campos de luta e poder.

As mulheres já estavam presentes na contestação e ruptura dos projetos impostos pela sociedade, antes da repercussão do feminismo aqui no Brasil, no

⁴ PERROT, Michelle, 1988, p. 168.

É importante ressaltar que essa distinção público/privado, segmento da divisão sexual do trabalho, determina os lugares sociais que serão ocupados por cada sujeito (homem e mulher). Por isso, a mulher, relegada o domínio do lar, espaço da intimidade (privado), é excluída/negada na dimensão do espaço público, predominantemente masculino (grifo meu).

⁵ SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas de trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 142-143.

início da década de 1980. Além da esfera doméstica, as mulheres atuavam na cidade, de maneira concreta, ou seja, a partir das disputas que o espaço – *cidade* instituía. Suas demandas provinham de necessidades imediatas, a fim de melhorar suas condições de *sociabilidade/vivência* no espaço da cidade. Como nos demonstra Sader, as mulheres estavam envolvidas em lutas por educação, saúde e melhor qualidade de vida. Esses movimentos adquiriram expressividade durante um período bastante conturbado da história política e social brasileira: o governo militar (1964-1985). Diante deste contexto as mulheres começaram a se organizar em diferentes frentes de luta.

Em 1965 o *Movimento Feminino Pela Anistia*, liderado por mães, esposas e filhas que reivindicavam pela libertação e retorno de seus maridos, filhos e companheiros exilados ou presos. Ainda na década de 1960 (por volta de 1967-68), surge o *Movimento Contra Carestia*, em que donas de casa protestavam devido o arrocho salarial e alta inflação. Já na década de 1970 explode o *Movimento de luta Por Creches*, pois com as dificuldades proeminentes do governo militar, mais mulheres entraram no mercado de trabalho, a fim de auxiliar na economia doméstica, e necessitavam de lugares para deixarem seus filhos, enquanto trabalhavam.⁶ As mulheres também atuavam nos *Movimentos Estudantis*, em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Contudo, como destacado anteriormente, a mulher estava ligada ao âmbito privado, sendo possível inferir que os movimentos femininos não foram vistos com “bons olhos” pela sociedade, principalmente durante o período acima mencionado.

Durante o governo militar a família tinha um papel singular, e a mulher estava diretamente ligada á ela, como aquela figura que deve conduzir o lar. Dessa forma, sua revolta e ou “rebeldia” em relação ao governo, representava um grande perigo, uma vez que, alteraria o papel socialmente prescrito á elas – *mãe e educadora*. Nesse sentido, o papel do feminismo foi importantíssimo para as reivindicações femininas, na medida em que questionou a clássica distinção entre o

⁶ Ver BLAY, Eva A. “Do espaço privado ao público: a conquista da cidadania pela mulher no Brasil”. In: **ESPAÇO E DEBATES**, v.9, maio/agosto-83, Cortez, São Paulo, p. 82-83.

“dentro” e o “fora”, o “público” e o “privado”, tendo como slogan *“o pessoal é político”*.⁷

Dessa forma, as mulheres “inauguraram” o que viria a ser mais tarde uma “revolução” política, atuando inclusive nos direitos Constitucionais e alterando condições estabelecidas. Nesse quadro, os ideais feministas influenciaram grupos de mulheres (cabe ressaltar que essas mulheres eram em sua maioria intelectuais, brancas e da classe média), o que será analisado ainda neste trabalho; em movimentos de diversas ordens.⁸

No entanto, após esse processo de repressão política, anteriormente referido, os governos se abriram para o diálogo com os diversos grupos sociais e suas demandas, entre eles os movimentos de mulheres, que por meio de seus movimentos de luta, puderam conquistar uma pauta no domínio do poder público.

(...) “O processo gradual de “redemocratização” tanto reforçou quanto foi fortalecido por um processo igualmente gradual que eu chamo de politização de gênero – um processo pelo qual as questões anteriormente consideradas “privadas” ou “pessoais” são levantadas como questões políticas, para serem colocadas pelos partidos políticos e pelo Estado”.⁹

Aos poucos as mulheres foram “exigindo” seu lugar na sociedade, assim como uma participação efetiva em outros espaços sociais, como o domínio público. Mas, a luta das mulheres por mais espaços dentro dessa sociedade, é também uma luta por poder, uma luta política, uma vez que “a ideia de que a política não é assunto das mulheres, que aí elas não estão em seu lugar, permanece enraizada, até muito recentemente, nas opiniões dos dois sexos” (PERROT, 1988, p. 184).

A política constitui-se como um campo de atuação muito importante, uma vez que, é através dela que são gestados e forjados os vários embates sociais. Nessa perspectiva, a ascensão das questões femininas no meio público,

⁷ Ver HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11º ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006, p. 45-46.

⁸ Creio ser pertinente aqui definir a diferença do movimento “feminino” para com o movimento feminista. O movimento “feminino” reivindica melhores condições para as mulheres, sem questionar as estruturas de mando e poder existentes, fazendo suas ações políticas em reivindicações diretas ou lobby, em que buscam junto aos governos municipais, estaduais ou federais atender as necessidades concretas das mulheres, tais como creches comunitárias. Já o movimento feminista visa à alteração das condições de poder vigente (grifo meu). Para uma melhor compreensão ver ALVAREZ, Sonia E. “politizando as relações de gênero e engendrando a democracia”. In: STEPAN, Alfred. (org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 325-326.

⁹ Op. Cit., p. 316.

proporcionou maior visibilidade política para a figura da mulher e dos movimentos engendrados por elas. A politização dessas questões (referentes às mulheres), permitiu uma participação mais efetiva destas no processo de redemocratização da sociedade e de elaboração de uma nova Constituição.

A inserção da mulher no âmbito público, suscitou novos questionamentos sobre a maneira como elas eram vistas e retratadas. A mulher não era mais aquela figura “resguardada”, agora ela era um sujeito da história, e suas maneiras de atuação na sociedade necessitavam serem reelaboradas.

“As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história”.¹⁰

Portanto, a conquista de um espaço no meio público pelas mulheres, proporcionou-as também um novo lugar na história, assim como uma nova dimensão para as suas questões. A mulher passou então a lidar com o saber/fazer da história, bem como a atuar no seu processo de construção.

Assim, o que se pretende afirmar aqui, é que as mulheres já estavam, há muito presentes em outros espaços, que não os do lar, entretanto, foi a partir dos eventos anteriormente abordados que elas e seus projetos conquistaram um lugar de destaque no espaço público. A partir de sua emancipação as mulheres passaram a reivindicar igualdade no âmbito público, a fim de possibilitar uma maior acessibilidade aos espaços, anteriormente vetadas a elas, mesmo que essas já atuassem “nos bastidores”.

Retomando as proposições de Sader, é “no calor dos acontecimentos decisivos” que se abrem espaços de visibilidade para esses novos sujeitos, por onde eles identificam suas realidades e concebem novos significados para suas lutas.

¹⁰ PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução: Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 212.

1.2 História das mulheres: uma temática em discussão

Como já vimos no tópico anterior, a historiografia esteve por um determinado momento, ligada a um posicionamento que desprezava alguns sujeitos de sua feitura, trabalhadores, mulheres; etc, ou simplesmente tocava com superficialidade em suas contribuições para o processo histórico.

Os temas relacionados às mulheres e suas questões, também seguiram a mesma linha. Quando não eram “deixados de lado”, eram abordados com pouco aprofundamento. Assim, os estudos referentes às mulheres se constituíam como meras descrições de seu cotidiano no seio da família, suas vestimentas; etc. Entretanto, a obra “O segundo sexo”, publicada em 1949, pela filósofa francesa Simone de Beauvoir, ao levantar a observação de que a mulher não nascia mulher, mas tornava-se mulher, abre um novo caminho para o estudo desta temática, assim como para os debates feministas. A partir dessa assertiva, a filósofa chamou a atenção para a maneira unilateral que os estudos sobre mulheres eram tratados, bem como para os embates sociais relacionados à história das mulheres.

Contudo, a história das mulheres, ganha “corpo” a partir de meados dos anos de 1970 com a explosão do feminismo, o florescimento da antropologia e as novas abordagens historiográficas. Porém, este ainda era um objeto “menor” de estudo, que estava se firmando em meio aos debates acadêmicos.

(...) “De todas as maneiras, no que diz respeito aos resultados concretos das pesquisas, a história das mulheres continuava, nos anos 70, majoritariamente um trabalho de mulheres, tolerado ou marginalizado, mas sem interferência direta sobre a disciplina histórica”.¹¹

Nesse sentido, as mulheres continuavam reivindicando novos espaços, agora, dentro dos debates propostos na academia. O que elas propunham era um novo modo de olhar para a história das mulheres, em que essas adquirissem uma historicidade. Elas desejavam “inverter as perspectivas historiográficas tradicionais” e “mostrar a presença real das mulheres na história mais cotidiana” (PERROT, 1988, p. 171). No entanto, a história das mulheres, permanecia enfrentando alguns problemas já conhecidos por suas pesquisadoras: *a recorrência nos moldes da história tradicional, a falta de definição do*

¹¹ PRIORE, Mary Del. “História das mulheres: as vozes do silêncio”. In: FREITAS, Marcos Cezar. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 5ª ed., São Paulo: Contexto, 2003, p. 221.

papel feminino na sociedade e a limitação das fontes, uma vez que, a maioria dos documentos públicos provinha do poder masculino, sendo a presença feminina dificilmente encontrada nos arquivos.

Enquanto a história das mulheres já florescia na Europa e nos Estados Unidos, aqui no Brasil, a temática adquiriu expressividade em fins dos anos 1970, sob influência dos estudos feministas e da abertura da história á novos objetos.¹²

A partir daí a história das mulheres foi conquistando seu espaço no mundo acadêmico, ainda que um espaço pequeno e controverso, na medida em que, estas pesquisadoras propunham o questionamento de padrões pré-estabelecidos e que consequentemente se tornaram universais e absolutos.

(...) “O “universal” implica uma comparação com o específico ou o particular, homens brancos com outros homens que não são brancos; homens com mulheres. Mas essas comparações são frequentemente estabelecidas como categorias naturais, entidades separadas, do que como termos relacionais. Por isso, reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como “verdadeiros”, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado. E isso é lutar contra padrões consolidados por comparações nunca estabelecidas, por pontos de vistas jamais expressos como tais”.¹³

Nesse contexto, uma nova abordagem ganha destaque no que diz respeito á história das mulheres: a categoria gênero. Surgida na metade dos anos 1970, a partir das reflexões das historiadoras americanas Natalie Zemon Daves e Joan Kelly, entre outras, esta procurou teorizar sobre os papéis adequados aos homens e ás mulheres, na sociedade.

Scott assim definiu esta nova categoria:

(...) “O termo gênero faz parte de uma tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para insistir sobre a inadequação das teorias existentes em explicar as desigualdades persistentes entre as mulheres e os homens”.¹⁴

¹² Cabe aqui ressaltar a contribuição e importância da história dos “de baixo”, para o estudo das camadas populares e marginalizadas da história, tais como trabalhadores, mulheres; etc. Essa nova abordagem historiográfica permitiu a ascensão desses sujeitos, como objetos do debate acadêmico (grifo meu). Ver: HOBBSAWM, Eric. A história de baixo para cima. In: _____. **Sobre História**. Tradução: Cid Kinipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 216-231.

¹³ SCOTT, Joan W. “História das Mulheres”. In: BURKE, Peter. (org.). A escrita da história: novas perspectivas. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 77-78.

É possível inferir que a nova abordagem, ainda recente nos estudos sobre mulheres, suscitou e suscita polêmica entre os historiadores, na medida em que, esbarra na definição do que viria a ser a história das mulheres. Não devemos, pois, confundir *gênero* com *história das mulheres*. O termo gênero se constitui enquanto uma categoria analítica, um novo modo de olhar para a temática mulheres, de refletir acerca das construções histórico-sociais e culturais que limitam e determinam o lugar da e o papel da mulher na sociedade e de observar como essas construções são absorvidas ao longo da história. Assim, “o gênero torna-se antes, uma maneira de indicar “construções sociais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1990, p. 7).

Outro aspecto relevante na história das mulheres foi o trabalho com a *história oral*. Essa abordagem permitiu a “recuperação” da memória feminina, muitas vezes silenciada pelos arquivos. A história oral pode penetrar na intimidade e no cotidiano das mulheres, retirando do anonimato: trabalhadoras, donas de casa; etc. Um outro aspecto de destaque no que diz respeito a história das camadas populares e marginalizadas da sociedade (como trabalhadores, mulheres; etc), pode ser observado a partir do conceito de “*experiência*”, desenvolvido por Thompson. O autor propõe analisar as relações sociais nas quais estes sujeitos encontram-se envolvidos, ou seja, partir de suas vivências e experiências, para só depois se debruçar sobre os acontecimentos em si. Creio ser este um conceito de extrema valia na escrita da história das mulheres, uma vez que, através de suas experiências (de luta, trabalho, política; etc), é possível iluminar toda uma trama social, na qual elas são ou não inseridas.¹⁵ Nesse sentido, pretende-se analisar a ligação entre o lugar social dessas mulheres e suas experiências de classe e luta.

Contudo, os estudos sobre mulheres continuam sendo divididos em dois eixos temáticos: as representações femininas (na literatura, nas artes; etc) e a história social das mulheres (na família, na política; etc). Entretanto, o tema vem adquirindo mais espaço na academia e motivando trabalhos de diferentes gêneros.

¹⁴ SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria de análise histórica. **EDUCAÇÃO E REALIDADE**, Porto Alegre, n. 16(2), jul./dez. de 1990, p.23.

¹⁵ Ver BARREIRO, José Carlos. “E. P. Thompson e a historiografia brasileira: críticas e projeções”. In: **PROJETO HISTÓRIA**. Debates com Thompson. São Paulo: PUC, v. 12, 1995, p. 57-75.

Diante desse cenário, o que os estudiosos do tema buscam não é uma escrita de mulheres, mas, sim inscreverem essas mulheres na lógica da história, trazer suas histórias e questões para o espaço público, tornar suas problemáticas – objetos da história, por isso, a disputa por um lugar no debate acadêmico é tão importante, pois, é através deste que as mulheres podem fazer sentir sua presença na história.

Segundo Perrot, essa relação entre *mulheres, poder e história* se constitui enquanto “tema de investigação histórica e antropológica”, na medida em que, as representações desse poder se fazem presentes nos mais variados espaços, ou seja, o poder aqui é “encarado” no sentido plural, já que a mulher se fragmenta por entre “público” e “privado”.

(...) “a pesquisa feminista recente por vezes contribuiu para essa reavaliação do poder das mulheres. Em sua vontade de superar o discurso miserabilista da opressão, de subverter o ponto de vista da dominação, ela procurou mostrar a presença, a ação das mulheres, a plenitude dos seus papéis, e mesmo a coerência de sua “cultura” e a resistência dos seus poderes”.¹⁶

De acordo com os apontamentos de Priore, as mulheres estão “ali e além”. Elas estão no lar, na fábrica, na política, etc; e suas representações e participações se dão de diferentes maneiras. Como e de que formas essas mulheres se organizam é uma das proposições desse trabalho. Entretanto, é a partir dessa dinâmica que elas se inserem no tecido histórico.

Assim, a proposta dos estudiosos do tema é polemizar o debate em torno do objeto – mulheres, e fazer deste um tema de discussão e relevância na historiografia.

“Porque ainda há silêncios e porque esta história ainda está por ser feita, e contada, é que ela é tão necessária. Se há, ainda, tantas questões e perguntas é porque esta história se abre para novas maneiras de fazer história da mulher e das mulheres”.¹⁷

¹⁶ PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução: Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 169-170.

¹⁷ PRIORE, 2003, p. 235.

1.3 A criação do CNDM

“Art 1º Fica criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, com a finalidade de promover em âmbito nacional, políticas que vissem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País” (LEI Nº 7.353 De 29 de Agosto de 1985)

Segundo já abordado, as mulheres foram aos poucos reivindicando seu lugar no espaço público: seja por *movimentos femininos* ou através de *debates e produções acadêmicas*, que buscavam historicidade para as questões femininas. Mas esta busca também se deu no âmbito político, em que, por meio de articulações e estratégias foi possível colocar a mulher e suas questões no centro dos debates políticos, assim como criar órgãos que se preocupassem com estes assuntos, bem como fomentar movimentos de mulheres (o que será tratado com mais aprofundamento neste trabalho).

É importante lembrar que a criação de órgãos institucionais, como o CNDM, não extinguiu as problemáticas colocadas pelos movimentos de mulheres, abrindo apenas mais um campo de atuação para estas. Entretanto, será que o CNDM falava *por todas* as mulheres? Trataremos posteriormente dessa questão.

Vimos que as mulheres começaram a adentrar o espaço político, principalmente através de movimentos sociais surgidos em fins da década de 1970, quando o país enfrentava um regime ditatorial. Entretanto, a partir das lutas travadas durante esse período e da abertura do governo (ao longo do processo de transição política), estes novos personagens da história, como as mulheres, puderam se inserir no cenário da política, tornando-se pautas para os debates públicos.

(...) “Com o processo de democratização no país, os movimentos feministas e de mulheres conquistaram uma interlocução com o Governo dando início a uma outra fase, a de reconhecimento do Estado de que as discriminações e desigualdades nas relações de gênero constituem uma questão para ser enfrentada por meio de legislação e de políticas públicas. O marco fundamental nesse processo foi a criação do Conselho Nacional dos Direitos das mulheres, em 1985”.¹⁸

¹⁸ SWAIN, Tania Navarro e MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. (orgs.). Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005, p. 30.

Há tempos as mulheres já vinham buscando um diálogo com o Estado. Seus movimentos de luta visavam, além de um lugar na “coisa” pública, articulações de políticas públicas para mulheres, a fim de obter maior expressividade, no que concerne o direito à cidadania, frente aos projetos políticos. No entanto, este espaço ainda era restrito, tornando-se ainda mais difícil seu acesso durante a ditadura. Somente com o processo de redemocratização política, em fins dos anos 80, e que as mulheres adquiriram “mais voz” nos assuntos políticos.

Contudo, ainda no regime ditatorial, a convocação da ONU (Organização das Nações Unidas) para um olhar mais atento no que dizia respeito as questões femininas, proporcionou um avanço na organização dos movimentos femininos e fomentou a discussão sobre políticas públicas para mulheres.¹⁹

“A abertura proporcionou o espaço público no qual aquela consciência nascente poderia dar lugar a um movimento social de ampla escala. Em 1975, Geisel viu-se na obrigação de atender ao chamado das Nações Unidas para uma ação governamental visando a erradicação da desigualdade com base em gênero, e permitiu que as mulheres brasileiras organizassem encontros, conferências e passeatas em comemoração, ocorridas no Rio e em São Paulo em março de 1975, estimularam a criação de entidades feministas autônomas e fizeram avançar o ativismo feminista em todo o Brasil urbano nos anos seguintes”.²⁰

A abertura política constitui-se enquanto marco estratégico para a reivindicação das mulheres, rumo a uma *participação mais ativa no espaço público e na política*, bem como, no *agenciamento de militantes para o movimento feminino*, assim como, para pressionar o governo em relação à *criação de órgãos governamentais*, que olhassem para a desigualdade de gênero, como conselhos, secretarias; etc. Foi o caso do CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher), criado para este fim, anteriormente à Constituição de 88, constituindo-se assim como um avanço na cidadania feminina, uma vez que, o cenário político ainda exigia cautela.

O CNDM foi “fruto” da luta dos movimentos de mulheres, e se fez enquanto espaço de deliberação das questões femininas, articulando e promovendo debates, campanhas; etc, a fim de auxiliar na promoção de direitos da mulher, garantindo

¹⁹ O ano de 1975 foi instituído pela ONU (Organização das Nações Unidas) como o *Ano Internacional Da Mulher*, o que estimulou diversas atividades sobre as questões femininas, dentre elas, a articulação de movimentos de mulheres, como movimentos de luta por direitos (grifo meu).

²⁰ Op. Cit. , p. 327.

igualdade de direitos perante os homens, no que concerne a participação na vida pública, enquanto cidadãs de fato e direito.

(...) “o âmbito das relações interpessoais é um campo político por se constituir como objeto de legislação e de políticas públicas. Nesse sentido, movimentos feministas lutam contra todos os elementos jurídicos e institucionais que respaldam as opressões de gênero que circulam na esfera privada, propondo a construção de novas relações e que o Estado assuma responsabilidade nesse sentido, garantindo legislação e políticas públicas que afirmem a cidadania das mulheres”.²¹

Diante da mobilização feminina e de sua organização frente ao debate político, as mulheres foram incorporadas ao discurso político, e suas questões passaram a figurar entre as promessas eleitoreiras. Em 1985, na primeira eleição direta para presidente após a ditadura, o então candidato do PMDB Tancredo Neves prometeu apoio para a formação de uma comissão de estudos, com o intuito da criação de um órgão sobre a condição feminina que atuaria diretamente ligado à presidência da república. Esta proposta já sinalizava para o que viria a ser o CNDM.

“Brasília – Ao receber, as deputadas federais Cristina Tavares, Mirtes Belvilaquia e Júlia Marise, e as deputadas estaduais Rute Escobar, Selma Bandeira e Abigail Feitosa, todos do PMDB, o candidato Tancredo Neves autorizou a comissão a iniciar estudos com vistas à criação do Conselho Nacional da Condição Feminina, em seu futuro governo, para atuar ligado diretamente à Presidência da República (...)”²²

Nota-se no fragmento extraído da reportagem, a preocupação e o interesse do candidato, em relação à participação política das mulheres, uma vez que, essas encontravam-se engajadas no projeto de retorno à democracia, galgando espaços na agenda pública e política brasileira. Essa preocupação, também se dá em virtude do aumento da participação das mulheres, nas questões políticas, o que significava mais eleitores e possíveis apoiadores e ou membros, deste ou daquele determinado partido.

Após o falecimento de Tancredo Neves (então eleito), e sua substituição na presidência pelo vice presidente José Sarney, os movimentos de mulheres continuaram reivindicando pela criação de um órgão governamental, que atendesse as questões femininas. Sua maior preocupação nesse momento, é que este fosse estabelecido pelo

²¹ SWAIN, Tania N. e MUNIZ, Diva do Couto C. , 2005, p. 17.

²² Conselho de Apoio à Condição Feminina. **Correio**, Uberlândia, p.2, 12 jan. 1885. Arquivo Municipal de Uberlândia, nº 111.

Congresso, e não se desse em medida de decreto presidencial.²³ Dessa forma, atendendo à histórica reivindicação das mulheres, que já há algum tempo, vinha sendo colocada pelos movimentos de mulheres e feministas, foi criado o CNDM, em agosto de 1985.

“Dentre as competências do CNDM, está a de articular-se com os movimentos de mulheres, conselhos estaduais e municipais dos direitos da mulher e outros conselhos setoriais para o fortalecimento do processo de controle social e o estabelecimento de estratégias comuns de implementação de ações para a igualdade e equidade de gênero”.²⁴

É importante destacar que o CNDM, já na sua primeira gestão, de 1985 a 1989, atuou na *Campanha pela Constituinte*, juntamente com os movimentos de mulheres e feministas, na promoção de uma campanha pela inclusão de mais direitos da mulher, na nova carta magna, que estava em processo de discussão. Este atuou através de lobby, junto aos parlamentares constituintes. É a articulação desse movimento e como ele se deu no campo dos movimentos sociais, que se pretende analisar neste trabalho.

A atuação desses movimentos é notória, no que diz respeito à ascensão dessas questões no domínio público. Através da conscientização sobre seus direitos, nos clubes de mães, das Comunidades Eclesiais de Base ou nas ruas, como nos aponta Sader, estas mulheres formaram uma nova classe social, que vez com que suas questões ecoassem no meio político, traduzindo-se em ações concretas, como a criação do CNDM, dentre outras.

“Em 2003, no primeiro dia de seu governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cria a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). A SPM passa a abrigar em sua estrutura o CNDM, que colabora e contribui nas ações e direção da Secretaria, estabelecendo a necessária interlocução com o movimento de mulheres e feminista”.²⁵

Contudo, pode se inferir que a desigualdade entre homens e mulheres, ainda figura no espaço público, bem como no privado, entretanto, estes movimentos colocaram essa discussão em foco, e proporcionaram avanços, no que diz respeito a

²³ Ver PITANGUY, Jaqueline. As mulheres e a Constituição de 1988. Disponível em: <<http://www.cepia.org.br/imagens/nov.089.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2009.

²⁴ SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES. **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – breve histórico**. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/conselho/historico>>. Acesso em: 26 jan. 2011.

²⁵ Ibidem.

participação da mulher na política. Ainda assim, há conquistas por fazer, mas, não podemos analisar estas relações sociais, somente sob o ponto de vista da dominação e da opressão masculina, pois, corremos o risco de recair nos moldes tradicionais de análise.

(...) “Não se pode estar sempre reiterando a organização elementar da sociedade e suas relações de gênero, assim como não se pode estar sempre analisando os elementos do discurso, pois isso impede que se ouça a sentido da frase. Se apenas vemos patriarcado nas relações entre os homens e as mulheres, podemos estar perdendo outros dados importantes – e importantes para as mulheres como para os homens”.²⁶

Assim, como nos adverte Thompson, as relações sociais travadas entre homens e mulheres vão além das estabelecidas pelo patriarcado, por isso, é necessário nos desprendermos dessa visão, para que possamos enxergar outras dimensões sociais e culturais dessa relação, e de sua implicação na vida social desses indivíduos.

Portanto, as mulheres estavam atuando dentro ou fora dos movimentos femininos e feministas, sendo a criação do CNDM, um marco de sua força e expressividade, diante do cenário político. Dessa maneira, o órgão se constituiu como frente para mobilizações, e seu papel será de suma importância no movimento que se propõem estudar aqui.

²⁶ THOMPSON, E. P. “A venda das esposas”. In: _____. **Costumes em Comum**. Tradução: Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 345.

1.4 “Lobby do Batom” – uma mobilização por direitos da mulher

No que tange as conquistas femininas, vimos que as mulheres passaram a ter uma maior representatividade na agenda pública, e que suas questões e problemas foram levados para o cenário político, permitindo a inclusão dessas nas políticas públicas e na constituição de órgãos governamentais a fins, além de possibilitar uma participação mais direta e ativa das mulheres na vida pública, e na construção de sua história.

As mulheres já estavam atuando desde os anos 1970, através dos clubes de mães, movimentos femininos e feministas, sindicatos; etc, contra a ditadura. Nos anos 80, durante o processo de redemocratização, esta luta se tornou ainda mais efetiva, na medida em que, as mulheres haviam tomado consciência de sua condição na sociedade, através dos vários movimentos sociais em que estavam engajadas, e por meio da explosão dos ideais feministas. Por isso, o período de retomada da democracia representou um marco na luta destas mulheres. O país entrava em uma nova fase política, e a elaboração de uma Nova Constituição, em 88, sinalizava que era o momento de se “fazer ouvir”, e também de “fazer valer” as conquistas alcançadas pelo movimento de mulheres.

“A reivindicação da democracia é fundamental para os movimentos de mulheres em diversos sentidos. Devido à constatação objetiva de que é o caminho para a construção da cidadania das mulheres, porque abre espaço para a liberdade de pensamento, organização e intervenção política (...) Além de acenar com a possibilidade de inclusão social e política, a defesa da democracia é fundamental por garantir espaço de circulação de ideias, de debates, de formação política. A meta e o horizonte de inclusão de segmentos específicos não constitui uma positividade apenas para estes segmentos e sim para toda a sociedade que, desta forma, pode reconstruir-se como forma social avançada, pluralista e democrática.”²⁷

Nesse contexto, as mulheres buscavam conjuntamente com os movimentos sociais dispersos pelo país a fora, organizar encontros, debates, reuniões; etc, que tratassem da questão da Constituinte, visando a constituição de uma plataforma política, dentro dessa discussão, que olhasse para as questões femininas, atendendo as reivindicações das mulheres, e fazendo com que estas pudessem ser amplamente discutidas, a fim de serem incorporadas no texto da nova Carta Magna.

²⁷ SWAIN, Tania N. e MUNIZ, Diva do Couto C., 2005, p. 21.

(...) “Nos grandes debates que transcorreram durante o processo constituinte, as mulheres se fizeram ouvir, logrando o reconhecimento, por exemplo, dos mesmos direitos e deveres para homens e mulheres na esfera do matrimônio, a inclusão do planejamento familiar, o aperfeiçoamento do conceito de família, a proteção ao trabalho exercido pela mulher etc.”²⁸

Diante desse novo quadro, que foi se delineando aos poucos no cenário político, o papel do CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher), foi importantíssimo no agenciamento de mulheres e no diálogo com os diversos movimentos sociais, do país. É possível afirmar que este fomentou a luta por direitos, durante o período de redemocratização política. O CNDM atuou como mediador entre os movimentos de mulheres e os parlamentares constituintes.

Constituído em seu quadro, por mulheres de classe média alta, vinculadas a movimentos de mulheres ou a política, como Jacqueline Pitanguy, Rute Escobar; etc, o órgão (CNDM), “encabeçou” e promoveu a participação das mulheres, no debate acerca da Constituinte. É notório que as mulheres das camadas populares, também tiveram uma atuação significativa no movimento. “As mudanças na economia doméstica das classes populares e a resistência das mulheres a essas mudanças devem estar ser vistas parcialmente responsáveis pelo surgimento dos movimentos femininos entre mulheres das classes populares” (ALVAREZ, Sonia E. ,1988, p.324).

A partir dessas necessidades emergentes, inicia-se o diálogo entre o movimento de mulheres das classes populares e outros movimento, como os movimentos feministas, bem como, com os órgãos do governo. Essa relação, entre o lugar social destas mulheres, e sua participação na política, se constitui enquanto um dos aspectos que este trabalho se propõe abordar. Mesmo diante de tais avanços na participação feminina na vida pública, as mulheres, ainda continuam a ocupar menos espaços que os homens neste campo. Muito disso se deve a distinção público/privado e aos papéis sociais atribuídos a cada indivíduo (homens e mulheres).

“Desde há muito se reconhece que a dedicação á política depende de certo grau de desprendimento em relação ás atividades da vida privada (...) É sabido que, na atual conformação da vida cotidiana em nossas sociedades, a mulher é, em geral, a principal responsável por essas

²⁸ Preposições legislativas sobre questões femininas no Parlamento Brasileiro, 1826-2004. Brasília: SENADO FEDERAL, COMISSÃO TEMPORÁRIA DO ANO DA MULHER: SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE ARQUIVO, 2004, p. 48-49.

funções. Ao cumpri-las, as mulheres ocupam, mais que os homens, uma grande parte de seu tempo diário (Souza, 2007). Por essa lógica, é provável que se encontre na população feminina taxas mais reduzidas de participação que na masculina”.²⁹

Contudo, as mulheres demonstraram todo esse desprendimento, ao promoverem um movimento por direitos. Em novembro de 1985, o CNDM lançou a Campanha MULHER E CONSTITUINTE, cujo slogan CONSTITUINTE PRA VALER TEM QUE TER PALAVRA DE MULHER, acenava rumo à igualdade de direitos perante a lei, entre homens e mulheres. A meta da Campanha era percorrer o país, promovendo espaços de debate com os movimentos de mulheres, a fim de constatar quais eram os problemas destas mulheres, em todas as localidades do país, para então, elaborar propostas, que iriam ser levadas para o debate constitucional.

O CNDM, juntamente com suas conselheiras, movimentos de mulheres, associações profissionais; etc articularam uma intensa mobilização, para que as mulheres das mais variadas classes sociais, idades; etc, fossem ouvidas. O órgão também atuou junto aos parlamentares constituintes. Essa mobilização ficou conhecida como “*O Lobby do Batom*”. O objetivo da mobilização era discutir com os movimentos de mulheres, a elaboração de uma *carta proposta*, que contivesse as reivindicações femininas, para ser entregue no Congresso, quando da discussão acerca da Constituinte. O documento elaborado levou a denominação de *Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes*, e foi entregue em março de 1987, pela então presidente do CNDM Jacqueline Pitanguy, quando da inauguração do *Congresso Constituinte*, ao então deputado *Ulisses Guimarães*, presidente do Congresso Nacional, no período.

“Confiamos que os constituintes brasileiros, mulheres e homens, sobre os quais pesa a grande responsabilidade de refletir as aspirações de um povo sofrido e ansioso por melhores condições de vida, incorporarem as propostas desta histórica campanha do Conselho Nacional dos Direitos da mulher”.³⁰

A carta continha propostas para educação, saúde; etc, e representou o esforço coletivo das mulheres em relação ao debate da Constituinte. Elas acreditavam que uma

²⁹ ARAÚJO, Paulo Magalhães. “Perfil político e participação política da mulher no Brasil: uma análise de dados empíricos”. In: SOUZA, Márcio F. de. (org.). *Desigualdades de gênero no Brasil: novas ideias e práticas antigas*, Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010, p. 71. (PARTE I – Gênero, Participação Política e Cidadania).

³⁰ Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes. Disponível em:
<<http://www.mulher.org.br/violencia/cartadamulher.html>>. Acesso em: 16 out. 2009.

verdadeira democracia, devia contemplar os direitos das mulheres e reconhecer sua participação na sociedade. “È o cotidiano da mulher vivido como anulação, sufocamento, é a vida privada como provocação. È a busca de um alargamento das experiências, do mundo” (SADER, 1988, p. 206).

As mulheres não reconheciam mais a vida privada, como única perspectiva de atuação, elas agora faziam parte de outro espaço, e sua consciência de classe, permitiu que elas percebessem sua força diante do cenário político, que se abria aos poucos, ao diálogo com os movimentos sociais.

“A conquista em relação aos direitos das mulheres incluía um momento crucial – a nova Constituição de 1988 – do processo de transição democrática que foi refletido pela articulação entre a organização nos movimentos transnacionais. Ativamente organizadas através daquilo que ficou conhecido, através da mídia, como o “lobby do batom”, as mulheres brasileiras conseguiram aprovar mais de 80% de suas demandas, que oscilavam entre o princípio geral de igualdade de gênero e demandas específicas tais como o direito à licença maternidade de quadro meses. Nas palavras de Alvarez (1994:54), ... “no que tange aos direitos das mulheres, a Constituição brasileira de 1988 pode ser considerada uma das mais progressista hoje, no mundo”.³¹

O “Lobby do Batom” resultou no expressivo reconhecimento dos direitos das mulheres. Brasil a fora, as mulheres tiveram suas demandas veiculadas na proposta do CNDM. A conquista por direitos marcou também a busca por maior representatividade feminina nas instâncias políticas. O reconhecimento de seus direitos na Constituição de 1988, agora precisava ser contemplado com mais acesso a vida política e as esferas de poder.

É certo que os movimentos de mulheres iniciados na década de 1970, nos bairros, nas Igrejas, nas fábricas; etc, foram importante para conscientização das mulheres das camadas populares, além de promover a busca desses novos sujeitos por reconhecimento histórico-social. O diálogo entre o CNDM, as camadas populares e os movimentos de mulheres que se encontravam distantes do centro da mobilização (no nosso caso, os movimentos de mulheres da cidade de Uberlândia, no Triângulo Mineiro), é o que se pretende analisar com este trabalho.

³¹ SIMÕES, Solange e MATOS, Marlise. “Ideias Modernas e Comportamentos Tradicionais: a persistência das desigualdades de gênero no Brasil”. In: SOUZA, Márcio F. de. (org.). Desigualdades de gênero no Brasil: novas ideias e práticas antigas, Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010, p. 17-18. (PARTE I – Gênero, Participação Política e Cidadania).

Contudo, as mulheres agora ocupavam um novo lugar na sociedade, e a historiografia teve que “encarar” o desafio de dialogar com esses novos personagens, além de rever suas abordagens, na medida em que, estes sujeitos também faziam parte da história.

“Pensar a produção de conhecimento histórico como aquele que é capaz de apreender essa experiência vivida por sujeitos ativos que problematizam sua própria existência implica elaborar procedimentos que permitem recuperar essa problematização colocada pelos agentes do passado, a partir das questões que o presente coloca ao pesquisador”.³²

Assim, a história se abria para novas perspectivas de trabalho, frente aos novos personagens que adentraram o espaço público. Diante desse quadro, as mulheres se fizeram presentes, e aos poucos, foram se inscrevendo nesse cenário, e escrevendo sua história.

³² VIEIRA, Maria do P. de A. ; PEIXOTO, Maria do R. da C. ; KHOURY, Yara M. A. (orgs.). A pesquisa em História. 2º ed. PUC-SP, Editora Ática, 1991, p. 38.

Capítulo 2

Movimento feminino e imprensa

2.1 O “Lobby do Batom” nas páginas do Correio de Uberlândia

(...)“O ponto central de nossas reflexões passa por uma atenção às disputas e lutas que marcam a produção social da memória, considerando a imprensa um dos lugares privilegiados para a construção de sentidos para o presente e uma das práticas de memorização do acontecer social”... (MACIEL, 2004, p.15)

Desde o surgimento da imprensa no século XV, os jornais, revistas, etc; tornaram-se importantes veículos de observação da sociedade. Através das tramas de sua feitura é possível ler toda uma conjuntura, e destacar aspectos relevantes na construção do pensamento social e político de uma época, um lugar; etc. Nesse sentido, como nos aponta Maciel, a imprensa se constituiu como uma fonte considerável ao exame do historiador, no que diz respeito à construção de significados do acontecer social.

Ao analisar quem produz o jornal, em que classe social esse circula, como as notícias são divulgadas, o espaço que esse destina a cada grupo social, dentre outras coisas, o historiador pode delinear a importância ou não que certos fatos tomaram na história e na memória da sociedade. Ressaltando que o direcionamento dado pelo jornal, contribui para forma como as pessoas iram perceber determinado acontecer social. É aí que entra o olhar do historiador.

(...)“Trata-se de entender a Imprensa como linguagem consecutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição do social que essa relação propõe”.³³

A partir desse pressuposto, foi possível problematizar o jornal Correio de Uberlândia, entre os anos de 1985 á 1988, no que concerne a divulgação do movimento

³³ CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. In: **PROJETO HISTÓRIA**, n.º 35, julho/dezembro – 07, PUC-SP, p.260.

de luta por direitos das mulheres, e da articulação dos movimentos femininos de Uberlândia á campanha “A Mulher na Constituinte”, promovida pelo CNDM.

À medida que as mulheres foram adentrando o espaço público, foram crescendo as preocupações com relação ao lugar social que ocupavam e os direitos concernentes a este. Durante a discussão acerca da nova Constituição, em 1988, essas inquietações se fizeram ainda mais presentes nas demandas do movimento feminino. A campanha do CNDM se disseminou por todo o país, realizando-se encontros regionais e estaduais. Uberlândia, através do engajamento dos movimentos femininos, e da união com representantes do poder local, como a vereadora Nilza Alves de Oliveira (PCB), também promoveu encontros do gênero.

“Na sexta-feira, 03/01, foi realizado na Secretaria de Trabalho e Ação Social a última reunião preparatória para o 1º Encontro Regional ‘‘A Mulher na Constituinte’’ e a oficialização do Programa de Apoio dos Direitos da Mulher que acontecerá no Uberlândia Clube nesta sexta (10) e sábado (...) Nilza diz que o PADDN visa contribuir para a conscientização dos direitos da mulher, propor medidas que garantam e ampliem estes mesmos direitos, atuar frente às discriminações, buscando a plena inserção da mulher na vida sócio - econômica, política e cultural de nossa cidade...”³⁴

Nota-se no fragmento extraído do jornal, a preocupação com a participação da mulher também em relação á vida social na cidade, tendência essa já apontada por Sader, em seus estudos sobre os trabalhadores da Grande São Paulo, na década de 1970-1980. As mulheres vão se inscrevendo no tecido social a partir de suas lutas cotidianas: no bairro, no trabalho, etc; e assim atingindo a esfera política.

“A partir da invocação de valores familiares (são ‘‘mães em desespero’’ preocupadas com suas famílias) e da mobilização dos aderentes através das conversas de casa em casa, o movimento vai tecendo uma ligação entre o mundo do cotidiano e o da política”³⁵

Essa ligação é estritamente relevante no contexto da cidade. Através de suas lutas cotidianas, o movimento vai adquirindo um espaço maior na vida social e política da cidade, e estreitando os laços com o poder público, em seu alto escalão. Um exemplo dessa ligação pode ser observado na questão da implantação da delegacia de mulheres, na cidade de Uberlândia, na década de 1980. A partir da demanda do movimento

³⁴ Já definido o programa do encontro “A Mulher na Constituinte”. *Correio*, Uberlândia, p. 2, 07 de jan. 1986. Arquivo Público de Uberlândia, n.º 114.

³⁵ SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 215.

feminino da cidade, e das questões discutidas no 1º Encontro Regional “A Mulher na Constituinte”, buscou-se uma aproximação com o poder público, no caso, a parceria com o então vereador na época Geraldo Gomes Rezende, que declarou em compromisso do encontro, a instalação dessa divisão (Delegacia Especializada da Mulher), ainda no ano de 1986.

“A informação de Geraldo Gomes Rezende foi prestada logo após o término do 1º Encontro Regional “A Mulher na Constituinte”, realizado nos dias 10 e 11 deste mês, sob o patrocínio da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social e outras entidades da cidade, com o apoio da Câmara Municipal de Uberlândia”³⁶

Um aspecto importante, que surge na sequência desse número do jornal, refere-se à maneira como determinados personagens aparecem na imprensa. Após o pronunciamento feito no 1º Encontro Regional “A Mulher na Constituinte”, o vereador Geraldo Gomes Rezende é elogiado por sua atuação na defesa da mulher, deixando-se de lado a luta do movimento feminino local.

“O jornal, como uma força social que atua no presente, seleciona e fatia aspectos da realidade que constituirão a pauta do debate público, disputando com outras forças sociais a direção a ser dada aos acontecimentos enquanto eles se desenrolam”.³⁷

O Jornal, não se constitui apenas como um veículo de comunicação, mas, também como um meio efetivo na formação de opiniões, como um elemento a mais na disputa de poderes locais, e é nessa tensão que os movimentos sociais (no nosso caso o movimento feminino) têm de se reafirmar. Esta luta está diretamente ligada ao lugar de fala desses sujeitos, que muitas vezes não pertencem ao grupo que domina a produção do jornal, uma vez que, estes grupos, em sua maioria estão ligados ao capital.

“A liderança na imprensa – até este ponto, e apesar da repressão política, largamente determinada pela mera competição por leitores – era, desde esse período até nossos dias inerentemente associada ao acesso a montantes de capital, cada vez mais altos”.³⁸

³⁶ Delegacia da Mulher poderá ser realizada este ano. **Correio**, Uberlândia, p. 5, 14 de jan. 1986. Arquivo Público de Uberlândia, n.º114.

³⁷ MACIEL, Laura A. “Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa, 1880-1920. In: Muitas memórias: outras histórias. FENELON, Déa R.; ALMEIDA, Paulo Roberto de. e KHOURY, Yara A. (orgs.). Editora: Olho d’ Água, 2004, p.40.

³⁸ WILLIAMS, Raymond. “A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva história”. Tradução: Ricardo B. Iannuzzi. In: **PROJETO HISTÓRIA**, n.º 35, julho/dezembro - 07, PUC-SP, p.22.

O direito a fala é pré-determinado pelo lugar social desses sujeitos. A fala, muitas vezes, vem institucionalizada – a vereadora, a Câmara Municipal; etc, já definindo os espaços de poder legitimados pela sociedade. Cabe ao historiador atentar para esses indivíduos que não aparecem nas páginas do jornal, que são silenciados ao longo do seu discurso, e que nem por isso, deixaram de fazer parte do processo.

“No desmontar o discurso, vão aparecendo outros sujeitos com quem o jornal se relaciona de alguma forma (alianças, conflitos; etc). Nesse trabalho cabe ao pesquisador ter o constante empenho em ir determinado o que esta indeterminado no sentido de recuperar o máximo de sujeitos e propostas”(…) ³⁹

Nesse sentido, podemos observar no Correio de Uberlândia, que as mulheres não aparecem como força, se não ligadas às instituições de poder (Secretarias, Câmara; etc), quando muito, são apenas elencadas, a partir do movimento ao qual pertencem, porém sem demonstrar o papel que assumiram na mobilização, dentro do contexto da cidade.

“O temário ‘‘A Mulher na Constituinte’’ já foi levado á discussão a nível regional nas cidades de Uberlândia e Ituitaba. Um grande número de mulheres tem se engajado nas propostas deste Encontro. É expressivo a representatividade do Movimento Negro, Trabalhadoras rurais, clubes de mães, creches, vereadoras, entidades comunitárias, entre outros”.⁴⁰

Pode-se notar a partir deste fragmento, a expansão da mobilização para as cidades vizinhas, mas, de que forma estes movimentos se fizeram expressivos? Quem são esses outros/as que não foram mencionados? São algumas das inquietações que motivaram este trabalho. A mobilização feminina a cerca da Constituinte, até aparece com certa notoriedade, apesar de algumas notícias importantes (como convocações para encontros e espaços de debate), não ocuparem as páginas principais do jornal, entretanto, estão quase sempre relacionadas ao poder institucional.

“A escolha de palavras, imagens, associações e a cronologia construída não são aleatórias, e os modos de narrar e informar produzem relatos

³⁹ VIEIRA, Maria do P. de A. ; PEIXOTO, Maria do R. da C. ; KHOURY, Yara M. A. (orgs.). A pesquisa em História. 2º ed. PUC-SP, Editora Ática, 1991, p.56.

⁴⁰ “A Mulher na Constituinte” tema do III Encontro Regional. **Correio**, Uberlândia, p. 6, 21 mai. 1986. Arquivo Público de Uberlândia, n.º 116.

posicionados sobre os acontecimentos que criam novas realidades sociais. Nesse sentido, permitem-nos pensar sobre o papel dos jornais diários como forças ativas e em disputa na elaboração de construções históricas e na formação da opinião pública naquele presente, no momento mesmo em que os acontecimentos se desenrolavam (...).⁴¹

O espaço destinado pelo jornal às matérias, diz muito a respeito do caráter de importância, que este atribui a um determinado acontecimento, dentro do contexto social daquela localidade. Dessa forma, a mobilização feminina em Uberlândia, acerca da questão da Constituinte, mesmo diante de sua relevância no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, não figura nas primeiras páginas do jornal, denotando o valor atribuído ao movimento, e demarcando o lugar social ocupado pela mulher, que ainda era menos significativo que o ocupado pelo homem.

(...)“o campo da política ultrapassa o âmbito estritamente institucional, os limites da presença e da ação do Estado, para se colocar na multiplicidade de formas de poder contidas nas estratégias de controle e de subordinação do social”.⁴²

Dessa maneira, as estratégias adotadas pelo jornal, para disposição das matérias nas páginas, e a forma que estas serão publicadas ou não, revelam o controle do poder local, sob aquilo que é notícia. De alguma forma, a mobilização feminina por direitos, foi até consideravelmente retratada pelo jornal, apesar de que, nas páginas principais, figuram mais aquelas matérias relacionadas a discussão da Constituinte como um todo.

“O lançamento da campanha municipal pela Assembléia Nacional Constituinte foi ontem, á noite, na Câmara Municipal, quando estiveram presentes, segundo estimativa dos organizadores, mais de 300 pessoas, dando o primeiro passo nas discussões por uma nova Carta Magna”.⁴³

Muitas matérias chegam a ser representadas mais de uma vez, é o caso do fragmento acima, que reaparece no mesmo número, no dia 03 de maio de 1985. Assim, o jornal vai “moldando”, “forjando” opiniões sobre assuntos diversos, e permeando as relações sociais locais. (...)“De inúmeras e complexas maneiras, a escrita, e principalmente a palavra impressa, estabelece novas articulações na vida cotidiana da cidade” (CRUZ, 2000, p. 66).

⁴¹ MACIEL, 2004, p. 38.

⁴² VIEIRA, Maria do P. de A. ; PEIXOTO, Maria do R. da C. ; KHOURY, Yara M. A. , 1991, p.8.

⁴³ Constituinte. **Correio**, Uberlândia, p. 2, 01 mai. 1985. Arquivo Público de Uberlândia, n.º 112.

Dessa forma, o movimento vai adquirindo/conquistando ou não espaços de poder e sociabilidade, dentro do contexto da cidade. O próprio ato de ser representado na imprensa local, num jornal tradicional da cidade de Uberlândia, mesmo que deixe á desejar em alguns aspectos, já atribuí um significado outro a mobilização feminina da cidade, frente a conscientização das mulheres de Uberlândia e da região em relação á Campanha do CNDM (“A Mulher na Constituinte”).

Outro aspecto relevante, é que a publicação de matérias concernentes ao movimento, iniciou a veiculação de artigos abordando a questão da mulher e a Constituinte, bem como, seu papel no processo de redemocratização política, pelo qual o Brasil passava, na década de 1980.

“Todos nós, brasileiros, temos que nos preocupar e influir de uma forma direta e incisiva no projeto da Assémbleia Nacional Constituinte. O trabalhador, o estudante, a dona-de-casa, as associações de bairro, os clubes de mães, enfim todos nós temos alguma contribuição a dar para que a nova constituição seja de fato a que nós desejamos”.⁴⁴

O movimento foi aos poucos se inscrevendo nas páginas do jornal, através de notas de convocação para á Campanha (“A Mulher na Constituinte”), direcionadas ás mulheres de Uberlândia e região.

“Recorrendo á linguagem, enquanto estrutura dada, para poder expressar-se, o sujeito se inscreve na tradição de toda sua cultura. Mas, nesse mesmo ato de expressar, operando um novo arranjo das significações, ele sucita novos significados”.⁴⁵

Ao poucos, o movimento feminino de luta por direitos, sucitou um novo modo de olhar para a mulher, assim como, de perceber sua participação na dinâmica da cidade. Nas suas lutas cotidianas, por creches para seus filhos/as, por delegacias especializadas em seus direitos, etc; essas mulheres fizeram do jornal (Correio) um espaço de articulação/mobilização de movimentos.

Como Sader, muito bem, nos chama á atenção, é a partir das “*matrizes discursivas construídas*”, que esses sujeitos (no nosso caso as mulheres) vão engendrando suas próprias matrizes, e construindo através de suas experiências, significados outros para o acontecer social. Ou seja, mesmo que a imprensa atribua

⁴⁴ RODRIGUES, Luiz A. Na Constituição, a esperança do Brasil. **Correio**, Uberlândia, p.6, 21 set. 1985. Arquivo Público de Uberlândia, n.º 113.

⁴⁵ SADER, 1988, p. 58.

importância “a determinadas experiências, memórias e histórias, transformando certos assuntos e personagens em notoriedade e definindo o enfoque e a duração das notícias”... (MACIEL, 2004, p. 26), ela não pode eximir a participação desses “*novos personagens*” (mulheres, trabalhadores; etc) do processo histórico.

No decorrer do jornal, o que se observa, é que estas mulheres vão se fazendo cada vez mais presentes nas pautas de notícias, e nas discussões dos leitores do jornal. Assim, o movimento foi aos poucos se inserindo nos assuntos da cidade, e influenciando na maneira como essa concebia a atuação das mulheres em seu espaço.

“E neste 8 de março de 86, as mulheres de Uberlândia, realizarão um ato público na praça Clarimundo Carneiro, às 17:30 horas para junto com todas as mulheres reafirmar a sua disposição de prosseguir na luta pelo seu direito de participação na construção de um Brasil humano e democrático”.⁴⁶

A partir desse fragmento, é possível observar essa inserção: as mulheres de Uberlândia, em ato público, realizado numa praça central da cidade, reivindicam por direitos, e chamam a atenção para seu movimento, marcando o processo de luta pela sua participação ativa na sociedade (espaço público), enquanto cidadãs que são, bem como, nas decisões provenientes do processo de redemocratização política. Contudo, é nessas intervenções, que esses “novos personagens” vão delineando seus espaços de poder no tecido social.

Por isso, o exame dos jornais, requer do historiador um olhar preciso, para que aquilo que é dado como notícia não se constitua em verdade absoluta, dada, pronta; e que acaba por forjar uma concepção de história e memória, do acontecimento.

(...) “precisamos realizar um trabalho árduo e uma intervenção ativa para lidar com uma narrativa sobre os acontecimentos que se apresenta como o próprio acontecimento, reivindicando uma condição de lugar de verdade na produção de entendimento sobre a realidade”.⁴⁷

Portanto, ao proceder à análise do movimento nas páginas do jornal (Correio), pode-se verificar os espaços de tensão e disputas, que marcam “a produção social” da memória, e que fazem da palavra impressa, um exercício de poder e afirmação do acontecer social.

⁴⁶ Dia da Mulher em Uberlândia: evento de sábado. **Correio**, Uberlândia, p. 6, 07 mar. 1986. Arquivo Público de Uberlândia, n.º 115.

⁴⁷ MACIEL, 2004, p. 15.

2.2 Mulheres em ação – a mobilização acerca do movimento por direitos

A partir das ações afirmativas dos movimentos femininos locais (Uberlândia), e do diálogo desses com os movimentos da região, e as instâncias de poder, as mulheres foram fazendo do espaço do jornal, um elemento de divulgação, conscientização e agenciamento para as questões acerca da Constituinte, bem como, da luta pela inclusão de mais direitos para as mulheres, que contemplasse sua participação na sociedade, e seu reconhecimento como cidadãs.

“As mulheres são mais da metade da população brasileira, e não se pode falar em democracia excluindo a sua efetiva participação na vida sócio-econômica, política e cultural do país.

Neste momento, as mulheres, tem que se empenhar na luta por uma Assémblea Constituinte que garanta o reconhecimento de seus direitos específicos e pela superação das práticas preconceituosas e discriminatórias que agridem a sua condição de cidadã”.⁴⁸

Através dessas chamadas, o movimento foi demarcando seus espaços de atuação, dentro dos debates promovidos pela cidade, sobre a Constituinte. O jornal era utilizado como um espaço de promoção e divulgação, dos assuntos destacados pelo movimento feminino. Dessa forma, o debate se abre para possibilidades outras, pois, atinge um círculo mais amplo de pessoas, como mulheres das classes populares, trabalhadores; etc, muitos daqueles que não estão envolvidos com o poder.

“(…) o contato com a cultura impressa disseminou-se para além da figura masculina da elite dominante. Neles, ainda que de forma esparsa,

outros personagens como mulheres, trabalhadores de oficinas e pequenos funcionários também lêem e escrevem. Vários dos depoentes das classes populares, trabalhadores das oficinas e dos serviços, filhas e esposas de trabalhadores falam de sua vida escolar e do hábito de ler periódicos”.⁴⁹

Dessa maneira, outras camadas da sociedade vão se inserindo no debate público. Os espaços de notícias eram utilizados pelos movimentos, para convocar os cidadãos e cidadãs, á participarem das decisões políticas. Assim, o movimento feminino de Uberlândia se servia do espaço do jornal, para convidar ás mulheres a participarem

⁴⁸ Dia da Mulher em Uberlândia: evento de sábado. **Correio**, Uberlândia, p.06, 07 mar. 1986. Arquivo Público de Uberlândia, n.º 115.

⁴⁹ CRUZ, Heloísa de Faria. São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana, 1890-1915. São Paulo: EDUC, FAPESP. Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial de São Paulo, 2000, p.145.

dos encontros de discussão da campanha “A Mulher na Constituinte”, e estreitar seus laços com as mulheres da região, fortalecendo ainda mais sua luta.

“Será realizado nos próximos dias 24 e 25, em Uberaba o Terceiro Encontro Regional intitulado a Mulher na constituinte (...) Espera-se que o encontro venha a ser coroado de êxito, tal como em Uberlândia e na vizinha cidade de Ituitaba. A secretária de Ação Social de Uberlândia, Niza Ribeiro da Luz, estará presente liderando uma caravana de mulheres de Uberlândia que devem participar deste Encontro Regional da Mulher”⁵⁰

Um aspecto que se destacou na análise das matérias relacionadas ao movimento foi a ligação da vereadora Nilza Alves de Oliveira, aos assuntos da campanha – “A Mulher na Constituinte” (engendrada pelo CNDM). A então vereadora na época figurava a frente do movimento feminino de Uberlândia, convocando às mulheres da cidade a comporem e participarem do debate político.

“A vereadora Nilza Alves de Oliveira, vise presidente da Câmara Municipal de Uberlândia, conclamou a todas as mulheres do Triângulo Mineiro a participarem do 1º Encontro Regional da Mulher na Constituinte (...) Entende a vereadora que é fundamental assegurar o espaço durante esse encontro para que as mulheres ofereçam também sugestões, a fim de que ao final do evento seja elaborado um documento a ser levado aos futuros constituintes, manifestando o desejo das mulheres triangulinas por uma sociedade mais justa e menos discriminatória”.⁵¹

Nilza Alves de Oliveira foi a articuladora entre os movimentos sociais e as instâncias de poder, como a Câmara Municipal de Uberlândia e o CNDM (Conselho Nacional de Diretos da Mulher). Por meio de sua fala, demarcada pela **institucionalidade**, e pelo **lugar social** – a vereadora, emanante do poder, o movimento feminino local ganhou eminência no espaço público. Mas, onde estão as trabalhadoras, as mães; etc, que também lutavam por direitos? É um dos pontos que este trabalho pretende abordar.⁵²

⁵⁰ A Mulher e a Constituinte: tema de encontro regional em Uberaba. **Correio**, Uberlândia, p. 6, 22 de mai. 1986. Arquivo Público de Uberlândia, n.º 116.

⁵¹ Nilza quer mulheres no encontro que começa amanhã. **Correio**, Uberlândia, p. 11, 09 jan. 1986. Arquivo Público de Uberlândia, n.º 114.

⁵² É importante aqui salientar que o movimento feminista se constituiu primeiramente entre as mulheres brancas, escolarizadas e de classe média alta, devido a própria estrutura sócio-econômica da década de 1960-1970 (expansão da educação técnica e profissional universitária), que permitiu uma melhoria na vida destas mulheres, que a partir de seu ingresso no cenário universitário e profissional, tornaram-se mais “politizadas” (grifo meu). Para uma melhor compreensão ver ALVAREZ, Sonia E. “Politizando as

“O modelo de desenvolvimento autoritário teve um impacto radicalmente diferente na vida da mulher de classe média, que é predominante no movimento feminista. A expansão de emprego no setor estatal e a educação técnica e profissional universitária, pelo menos nos primeiros anos do regime, resultaram na verdade em uma certa melhoria na condição da mulher branca de classe média no Brasil. Como assinala Boschi, “o índice de PEA feminino subiu de 18,5% em 1970 para 26,9% em 1980, uma proporção responsável por 41,2% do aumento do índice de PEA total na década”⁵³

A partir do paralelo entre a constituição do movimento feminista⁵⁴, e o que se constatou já na década posterior ao seu apogeu (década de 1980), pode-se inferir que algumas classes sociais, ainda continuavam à margem do movimento (mulheres negras, das classes populares; etc), assim como, pode ser apreendido na divulgação do movimento de mulheres, no *Correio*, que na maioria das vezes, silenciava estes grupos no que diz respeito a representatividade do movimento.

“Para Nilza Alves de Oliveira os debates em torno da Constituinte assegurarão à mulher brasileira a participação nos destinos do País. Daí, conforme ela, a importância da presença de todas as mulheres vereadoras, representantes de classes e mulheres sindicalistas no próximo encontro regional, o quarto realizado este ano”.⁵⁵

Contudo, a vereadora teve um papel singular na estruturação do movimento, fazendo a intermediação entre esse e as camadas populares. Através da Secretaria de Trabalho e Ação Social do município, organizavam-se caravanas para os encontros – “A mulher na constituinte”, afim de que, um maior número de mulheres, pudesse participar dos debates. A secretaria também promovia espaços de debate com a comunidade, visando a integração das mulheres da cidade, às ações do movimento de luta por direitos.

“Será realizado amanhã, quarta-feira, às 19 horas e 30 minutos, um debate sobre “A Mulher e sua Participação na Sociedade”, no Circo

relações de gênero e engendrando a democracia”. In: STEPAN, Alfred. (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 326-327.

⁵³ Op. Cit., p. 326.

⁵⁴ Em início da década de 1960, os movimentos feministas se concentraram na crítica a visão essencializada dos sujeitos históricos. As décadas de 60-70 foram marcadas pela conquista de direitos (voto, salário; etc). Já as décadas de 1970-1980, apontavam para a busca da igualdade na diferença (grifo meu).

⁵⁵ Mulheres de Uberlândia querem definições. *Correio*, Uberlândia, p.2, 10 jan. 1986. Arquivo Público de Uberlândia, n.º 116.

Cultural Itinerante, que encontra-se, á Av. Vinícius de Moraes, ao lado do Centro de Zoonoses, no conjunto liberdade.

O debate é promovido pelo Programa de Defesa dos Direitos da Mulher, ligado á Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, e tem como objetivo fazer com que a comunidade conheça e desperte seu interesse pelo desenvolvimento do programa”.⁵⁶

Na sequência das notícias referentes á Constituinte, e a mobilização, que ocorria em todo o país, o movimento feminino divulgava seus encontros, bem como as questões priorizadas em seus debates, sobre direitos, nos quais, a inclusão efetiva das mulheres no processo democrático, não podia fazer-se de fato sem a sua participação nas tomadas de decisões. Algumas matérias chamavam á atenção para a questão feminina, assim como, para a importância desse momento para o seguimento dos movimentos de mulheres, visto que, este sinalizava como um momento propício para á incorporação das questões femininas, nas plataformas do governo, visando políticas públicas para as mulheres.

“A plena igualdade social, econômica, jurídica e política da mulher e sua participação em todos os setores deviam constituir um princípio fundamental do processo de democratização, cujo objetivo prioritário é assegurar os Direitos Humanos e a oportunidade para todos de melhorar sua qualidade de vida, para exprimir-se livremente e para fazer ouvir suas vozes na defesa dos oprimidos, inclusive a mulher, explorada, manipulada pela repressão, açoiada pela violência, artigo de venda da propaganda e da publicidade”.⁵⁷

Assim, o papel do movimento feminino consistia em alertar as mulheres á respeito do processo da Constituinte, bem como, convoca-las a participar desse momento, incluindo suas preocupações e questões (de direitos, saúde, educação; etc), no centro dos debates políticos, da elaboração da nova Carta Magna.

(...)“a noção de política fica ampliada e pode ser pensada como espaço e movimento de luta por direitos e oportunidades; de conflitos de decisões e de negociação e diálogo, envolvendo todas as relações, processos e instituições sociais.”⁵⁸

É a partir da divulgação do movimento (em jornais, panfletos; etc), que o campo de debate se amplia, trazendo para seu cerne outros sujeitos, outras tensões,

⁵⁶ Debate sobre a “Mulher”, amanhã no Circo cultural. **Correio**, Uberlândia, p. 01, 17 mai. 1988. Arquivo Público de Uberlândia, n.º 126.

⁵⁷ SEMENZATO, Geraldo. A mulher e a justiça no Brasil, uma questão polêmica. **Correio**, Uberlândia, p. 9, 19 jun. 1985. Arquivo Público de Uberlândia, n.º 112.

⁵⁸ SWAIN, Tania e MUNIZ, Diva do Couto G. , 2005, p.18.

fertilizando ainda mais o espaço de luta e conquista do movimento, frente às instâncias de poder e domínio público. E é nas questões do cotidiano desses sujeitos, nas suas experiências/vivências que o debate político se constrói.

O jornal *Correio* foi um importante elemento de articulação/promoção dos encontros do movimento feminino local, sem eximir o direcionamento dado pelas mulheres do movimento “A Mulher na Constituinte”, que souberam bem como fazer uso desse espaço para seus fins. As mulheres de Uberlândia se fizeram ouvir, e acompanharam assiduamente os encontros regionais, por isso, os movimentos do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba se destacaram na organização, e agenciamento de mulheres para a Campanha Nacional, do CNDM.

“Uma delegação de 45 mulheres de Uberlândia viaja nesta sexta-feira à Brasília para participar do “Encontro Nacional de Mulheres na Constituinte” promovido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) [...] Este encontro traz em sua programação a realização de três propostas básicas. São elas: discussão e aprovação das propostas das mulheres sobre seus direitos para a Assembleia Nacional Constituinte; colher sugestões para a continuidade da Campanha “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher” e o anúncio à nação das propostas das mulheres à Constituinte. Serão formadas comissões que se incumbirão de elaborar uma “Carta das Mulheres à Assembleia Nacional Constituinte” e na ocasião serão colhidas sugestões para a continuidade da campanha”.⁵⁹

Uma observação pertinente ao fragmento acima, extraído do jornal, se faz no sentido do alcance do movimento na cidade (apenas 45 mulheres iriam à Brasília), o movimento de mulheres de Uberlândia estava mesmo forte e coeso, diante da campanha em torno da Constituinte? Todas as mulheres da cidade se reconheciam aí? É uma inquietação deste trabalho, na medida em que, o *Correio* promoveu a importância da cidade de Uberlândia, no que diz respeito à mobilização feminina, frente à região do Triângulo e Alto Paranaíba. Uberlândia teve um papel singular na região, mas ele foi o mesmo atribuído pelo jornal?⁶⁰

O que se verifica é que essas outras mulheres, negras, das camadas populares; etc, não aparecem no discurso do jornal. Mas, elas também estão atuando, também estão presentes neste espaço embora suas vozes não sejam mencionadas nas páginas do

⁵⁹ Mulheres de Uberlândia em Brasília. *Correio*, Uberlândia, p. 6, 23 ago. 1986. Arquivo Público de Uberlândia, n.º 117.

⁶⁰ Uma explicação pode ser encontrada em uma das características dos movimentos feministas – *aglutinar mulheres de classe média*, deixando assim, fora do movimento outros segmentos (mulheres negras, trabalhadoras; etc), que não se reconhecem ali. O movimento feminino de Uberlândia não fica de fora, dessa que pode ser chamada de – *tendência dos movimentos feministas* (grifo meu).

jornal. É importante salientar, que essas “estratégias”, constituem o “corpo” de opiniões que o periódico pretende formar, sobre este ou aquele assunto.

“Porque os jornais definem papéis sociais, entendemos que o destinatário está presente o tempo todo, ora fornecendo os parâmetros do discurso através da idealização que o emissor faz dele, ora como tipo padrão de leitor que o emissor quer formar”.⁶¹

No entanto, o movimento procurava abarcar diversos grupos de mulheres, em seus encontros, uma vez que, destes seria elaborado um plano de propostas para os Constituintes, visando, atender as demandas femininas, no texto da nova Carta Magna, para tanto, proposições de diferentes pontos do país, precisavam ser analisadas, e “todas” as mulheres ouvidas.⁶²

“As mulheres estão sub-representadas nas camadas mais altas da sociedade e nas instâncias de poder político e sobre-representadas nas camadas de pobres e indigentes (...)”.⁶³

Nesse sentido, a palavra “*sobre-representadas*” demonstra como estas mulheres das camadas populares são apresentadas no jornal, no movimento, no espaço público.

Embora, fossem citadas no jornal, como “corpo” que compunha o movimento feminino elas ainda continuavam á margem do poder. Contudo, “a participação feminina em ações que questionam o poder que o Estado tem de limitar a cidadania ou de aplicar os recursos públicos de forma desigual retomou uma rompida experiência de atuação das mulheres” (BLAY, 1983, p. 80), o que significa dizer, que estas mulheres já estavam lutando desde sempre, antes das influências dos ideais feministas no Brasil (início da década de 1980), antes de movimentos institucionalizados; etc. Portanto, as mulheres já estavam presentes no espaço público, só que não eram visualizadas, pelas instâncias de poder.

Assim, o “lugar” no jornal que o movimento conquistou, significou essa visibilidade, mesmo que nem todas as mulheres figurassem ali, a força; a contestação; a luta desses sujeitos históricos pode ser discutida no espaço da cidade (público), e

⁶¹ VIEIRA, Maria do P. de A. ; PEIXOTO, Maria do R. da C. ; KHOURY, Yara M. A. , 1991, p.54.

⁶² É necessário apontar que, as propostas das mulheres que estavam na liderança do movimento, em muitos aspectos não eram as mesmas das mulheres das camadas populares. Como reunir todas essas diferenças num mesmo propósito? É uma das dificuldades dos movimentos feministas atuais.

⁶³ SWAIN, Tania N. e MUNIZ, Diva do Couto G. , 2005, p. 178.

demonstrava que as mulheres de Uberlândia, assim como as de outros pontos do país, não estavam apáticas em relação a discussão da Constituinte e do processo de redemocratização política.

“No ano da divulgação da nova Constituição, as mulheres vem conseguindo muita força com união, para que seus direitos não sejam esquecidos na elaboração da nova Carta Magna”.⁶⁴

Dessa forma, as mulheres estavam presentes nas páginas do jornal, trazendo pautas da mobilização local e do país. Assim, a mobilização feminina sobre a Constituinte, foi ganhando território de atuação política dentro das instâncias de poder local, como a Câmara Municipal, que é matéria para o tópico seguinte.

Portanto, as mulheres de Uberlândia souberam se utilizar do jornal, e mostraram sua organização frente ao debate da Constituinte, atuando também em outras regiões do Triângulo, bem como, levando suas propostas para os encontros, a fim de que, a realidade das mulheres da cidade fosse discutida.

2.3 O movimento nas instâncias de poder

À medida que o movimento foi adquirindo mais evidência na cidade e se afirmando no espaço público, através da organização de encontros e da divulgação no jornal *Correio*, as mulheres abriram “brechas” para o movimento na política local, bem como em outras instâncias de poder, e levaram suas problemáticas para o espaço da Câmara Municipal de Uberlândia.

“Segundo a moção diz: Nosso apoio se prende, portanto, á legitimidade das reivindicações contida naquela carta. Estamos numa época em que todo gesto arbitrário que pressupõe no homem, não a diferença natural, mas qualidades superiores ás das mulheres, com o que não concordamos decididamente. Louvamos a capacidade de organização e de mobilização de todas as mulheres do brasil, sobretudo agora, quando o povo começa a despertar-se para mudanças que devem ser radicais e definitivas e parte integrante das Instituições contidas na Carta Magna. E esta deverá ser sobremaneira democrática, isto é, com a autoridade que o povo, homem e mulheres, entregou aos constituintes”.
Finalmente: “Reiterando os sentimentos de solidariedade e hipotecando total apoio á Câmara Municipal de Uberlândia cumprimenta as

⁶⁴ Mulher com M maiúsculo. *Correio*, Uberlândia, p. 01, 17 mai. 1988. Arquivo Público de Uberlândia, n.º 126.

mulheres do Brasil e faz votos que elas consigam pleno êxito em seus intentos”⁶⁵

A partir do fragmento acima podemos notar que as mulheres estavam levando os acontecimentos da campanha, em todo o país, para os espaços de tomada de decisões. O fragmento também evidencia que, neste momento importante para a política brasileira, as mulheres não estavam passando despercebidas pelo poder, uma vez que, já a muito tempo essas mulheres vinham conquistando novos espaços (nos movimentos sociais, no trabalho, na academia, na política; etc) e fazendo suas vozes ecoarem.

É importante salientar que essa proximidade com o poder, se deu, sobretudo pela pressão exercida pelos movimentos sociais de mulheres, inclusive aqui em Uberlândia, mesmo que a atuação dessas mulheres ficasse escondida por detrás da construção de determinadas personagens – a vereadora, a Câmara Municipal; etc.

(...)“O que resta fazer é interrogar os silêncios reais, através do diálogo do conhecimento. E, à medida que esses silêncios são penetrados, não cosemos apenas um conceito novo ao pano velho, mas vemos ser necessário reordenar todo o conjunto de conceitos”.⁶⁶

Como nos aponta Thompson, foi a partir desses silêncios que pudemos notar toda uma estrutura de relações, que se davam até as problemáticas chegarem às instâncias de poder. O diálogo da vereadora Nilza Alves de Oliveira (à frente do debate feminino na Câmara), com os movimentos sociais, principalmente os movimentos de bairros, que aparecem esporadicamente no jornal, foi de suma importância para localizarmos estas mulheres, e para percebermos que a mobilização ocorria por diferentes vias.

“A vereadora Nilza Alves (PCB) [...] está coordenando na região o Encontro Nacional “A Mulher na Constituinte”, que se realizará em Brasília de 24 a 25 de novembro próximo. Este encontro tem o objetivo de reunir as mulheres trabalhadoras para a formulação de uma proposta de alteração no capítulo da mulher na nova CLT; à luz da atual realidade do mercado de trabalho feminino e da Assembléia Nacional dos Direitos da Mulher”.⁶⁷

⁶⁵ Vereadora Nilza entregou a Carta das Mulheres à Câmara Municipal. **Correio**, Uberlândia, p. 03, 21 mar. 1987. Arquivo Público de Uberlândia, n.º 120.

Em anexo a reportagem “Ofício contendo moção de apoio à aquela carta”.

⁶⁶ THOMPSON, E. P. A miséria da teoria. “O termo ausente: experiência”. In: _____. **A miséria da teoria ou planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 185.

⁶⁷ Nilza Alves no encontro nacional “A mulher e as leis trabalhistas”. **Correio**, Uberlândia, p. 03, 28 de out. 1987. Arquivo Público de Uberlândia, n.º 123.

Apesar do jornal, marcar atuação da vereadora, no encontro “A Mulher e as Leis Trabalhistas”, essa atuação só ocorreu devido às demandas do movimento feminino local, que também era composto por mulheres trabalhadoras. Podemos notar que essas mulheres estavam se fazendo presentes até nos altos escalões de poder, buscando serem representadas na campanha do CNDM.

(...)“as relações entre os sexos e o lugar “natural” da mulher foram alterados através dessa crescente emancipação econômica feminina. E isso significou que aqueles atributos tidos por naturais da mulher foram afetados”.⁶⁸

A mulher, não cabia mais somente o reduto do lar, agora elas estavam no mercado de trabalho e também na política, seja nos movimentos sociais, seja nas instâncias de poder. O limite entre público e privado foi rompido – a mulher e seus direitos também eram assuntos para o espaço público.

É notório que o jornal enaltecia a figura de determinadas personagens (a vereadora), assim como de redutos do poder (a Câmara Municipal), por isso, *nossa inquietação á respeito dessas outras mulheres*, pois, é claro que elas também estavam ali, disputando este espaço, se colocando no debate, como podemos notar na realização do encontro de mulheres trabalhadoras.

“Um outro problema social, entre tantos que afetam a mulher pobre que necessita trabalhar fora de casa – e competir, é onde e com quem deixar seus filhos menores, pois não existe Política Social efetiva para a proteção da criança, o futuro do País. Com parentes? Com vizinhos? Deixá-las sozinhas? Deixá-las com outra filha ou com filhos adolescentes? Com quem? Onde? Eis aqui outra contradição, agravada pela alienação, individualismo, massificação da sociedade em que vivemos, sociedade machista, competitiva e violenta.”⁶⁹

O artigo acima demonstra que essas mulheres estavam sim – *presentes na composição desse debate*, e atuando ativamente em suas frentes de interesses. Nesse momento (fins da década de 1970 e início da década de 1980), as mulheres das camadas populares estavam engajadas em uma série de movimentos, como a luta por creches. A partir dos movimentos de bairro, encontros de Igreja (clubes de mães), essas mulheres protestavam, reivindicavam, exigiam medidas do governo.

⁶⁸ SADER, Eder, 1988, p. 86.

⁶⁹ SEMENZATO, Geraldo. A mulher e a justiça no Brasil, uma questão polêmica. **Correio**, Uberlândia, p. 09, 19 jun. 1985. Arquivo Público de Uberlândia, n. ° 112.

“Os clubes de mães proporcionaram a base organizativa para vários movimentos políticos que se expandiam em campanhas políticas a nível local e nacional. A “maternidade militante” proporcionou o referencial mobilizatório para o Movimento Feminino pela Anistia, Movimento Custo de Vida e Movimento de Luta por creches nos anos 70 e 80”.⁷⁰

As mulheres das camadas populares estavam se organizando a partir de demandas se seu dia-a-dia no bairro, no trabalho; etc. “A creche apenas surgiu como uma bandeira política no início dos anos 1970, quando um maior número de mulheres começou a entrar no setor primário de produção” (ALVAREZ, Sonia E. , 1988, p. 350). Essa característica dos movimentos de mulheres das camadas populares, também é colocada por Sader, em seu estudo sobre os trabalhadores da São Paulo dos anos 1970-1980. Ele destaca a importância dos movimentos de bairro e clube de mães, na formação dessas mulheres (experiência), para os movimentos mais amplos, como a luta por direitos.⁷¹

Esse paralelo vem demonstrar que essas “outras mulheres” também estavam se organizando, de maneiras distintas das feministas, a partir de outros interesses, mas, não deixaram de estarem presentes na mobilização feminina, como um todo. Assim, como as mulheres trabalhadoras de Uberlândia, que também se envolveram na discussão a cerca da Constituinte, se fazendo ouvir nas instâncias de poder, daí a preocupação da Secretaria de Trabalho e Ação Social do município, em organizar um encontro que contemplasse suas demandas.

Em Uberlândia, o espaço da Câmara Municipal foi de grande valia para a tomada de poder das mulheres, na medida em que, os movimentos de mulheres das camadas populares se fizeram ouvir, seja através de sua pressão reivindicatória, seja pelo interesse político da instituição (vereadores e vereadoras), em estreitar os laços com essas camadas.

“A coordenadora do PDDM avalia que cada Encontro revigora a necessidade de organização como instrumento de conseguir com que as reivindicações sejam reconhecidas na nova constituição. Ela observa

⁷⁰ ALVAREZ, Sonia E. “Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia”. In: STEPAN, Alfred. (org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 325.

⁷¹ Cabe aqui destacar uma diferença entre os movimentos feministas e os movimentos organizados por essas “outras mulheres”. No movimento feminista o discurso é mais individual, e seus interesses outros – exemplo legislação. Já o movimento de mulheres das camadas populares, possui um discurso coletivo, formulado a partir de uma necessidade prática – como uma creche no bairro, asfalto; etc, demandas que se inscrevem na vivência/experiência dessas mulheres, em determinado local. É por isso, que essas mulheres não se reconhecem aí (discurso feminista), pois, seu lugar social de fala é outro (grifo meu).

que o Conselho Estadual da Mulher considera que o movimento do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba está mais organizado que os de outras regiões do Estado. Tal fato advém principalmente da participação efetiva de mulheres de movimentos populares que estão realmente engajadas na luta pelo reconhecimento de sua participação na sociedade com igualdade de direitos”.⁷²

A relação com a Câmara Municipal de Uberlândia abriu espaços de articulação com outros municípios da região, ampliando o debate, no sentido de atender mais demandas. Os municípios de Uberaba, Ituitaba e Araguari se inscreveram no circuito dos Encontros, levando suas questões e propostas para o debate constituinte.

“A vereadora Nilza Alves de Oliveira do PCB, disse que as mulheres do Triângulo Mineiro, que estavam reunidas no último sábado em Uberlândia num encontro para debater seus problemas dentro do tema “A Mulher na Constituinte”, partirão agora para a aprovação de documentos contendo propostas feitas durante os encontros anteriores [...] Se for confirmado o IV Encontro Regional em Araguari em meados de julho, o município será sede do mais importante conclave de mulheres da região, porque na ocasião todas as participantes estarão aprovando todas as propostas para a Constituinte que foram feitas durante os encontros regionais anteriores em Uberlândia, Uberaba e Ituitaba”.⁷³

As propostas das mulheres para a Constituinte concentraram-se no âmbito das relações familiares – **plena igualdade entre cônjuges**; trabalho – **igualdade de condições e colocações no mercado de trabalho** e saúde – **proteção à maternidade e a mulher gestante**. No município de Uberlândia, as mulheres comungavam dessas propostas, além de incluir a importância do olhar para as mulheres trabalhadoras, como demonstra a organização deste segmento de mulheres, na promoção de encontro específico sobre o tema. Essa força mobilizou os órgãos públicos, fazendo com que as instâncias de poder (Câmara e secretarias), oferecem apoio ao movimento.

(...)“Em Uberlândia a Prefeitura através da Secretaria de Trabalho e Ação Social vem oferecendo expressivo apoio às áreas de organização e de participação das mulheres no evento”.⁷⁴

Esse apoio foi importante, na medida em que, as mulheres puderam reivindicar transporte, alojamento; etc, toda uma estrutura que contemplasse a ida de todas as

⁷² Delegação de mulheres de Uberlândia em BH. **Correio**, Uberlândia, p. 06, 13 set. 1986. Arquivo Público de Uberlândia, n.º 118.

⁷³ Mulheres de Uberlândia querem definições. **Correio**, Uberlândia, p. 02, 10 jun. 1986. Arquivo Público de Uberlândia, n.º 116.

⁷⁴ Próximo Encontro Regional “A Mulher na Constituinte”. **Correio**, Uberlândia, p.01, 06 jun. 1986. Arquivo Público de Uberlândia, n.º 116.

mulheres que se dispuseram a participar do movimento em Uberlândia e região. É preciso salientar, que esse interesse das instâncias de poder local, também se remete ao fato de que as mulheres estavam se tornando mais expressivas e participativas, na esfera política. “Frente á atuação de movimentos de mulheres e de militantes feministas, os partidos começaram a incorporar suas reivindicações [...]” (SWAIN, Tania e MUNIZ, Diva do Couto, 2005, p. 28). Aqui, esse destaque á questão feminina também não foi diferente. Contudo, mesmo advinda de marketing político, só foi possível porque as mulheres se fizeram ouvir, e se colocando nos espaços anteriormente destinados aos homens, de igual para igual.

Em Uberlândia, podemos notar isso através da atuação dos movimentos sociais, que pressionaram os órgãos do poder, e da atuação da vereadora Nilza Alves de Oliveira, tomando o espaço do plenário para colocar as questões femininas em destaque, o que não fazia parte do cotidiano da Câmara Municipal.

É notório que as mulheres estavam conscientes de seus direitos, e atuando em vários espaços de poder: nos movimentos sociais e políticos, nas ruas, nos bairros, no trabalho, nas câmaras, em fim, as mulheres haviam tomado o espaço público, ainda que já estivessem nele, mas, agora sendo vistas e ouvidas, e desse novo espaço, não queriam abdicar tão cedo.

Assim, as mulheres se fizeram presentes no processo de redemocratização política, e suas propostas compuseram um documento: A CARTA DAS MULHERES BRASILEIRAS AOS CONSTITUINTES (ver anexo), entregue na Câmara dos deputados, para o então deputado e presidente da câmara na época Ulysses Guimarães. Em solenidade simbólica, a carta foi entregue pela vereadora Nilza ao presidente da Câmara Municipal de Uberlândia.

“A vereadora Nilza Alves de Oliveira na noite do último dia 18, entregou ao presidente em exercício Antônio Naves de Oliveira a CARTA DAS MULHERES que será peça importante na Constituinte. A carta contém princípios gerais e, no item dois, reivindicações específicas abordando: família, trabalho, saúde, educação e cultura, e questões nacionais e internacionais”.⁷⁵

Ainda nesta solenidade, Nilza solicitou o apoio dos vereadores de Uberlândia á causa feminina, e ao movimento de luta por direitos.

⁷⁵ Vereadora Nilza entregou a Carta das Mulheres á Câmara Municipal. **Correio**, Uberlândia, p. 03, 21 mar. 1987. Arquivo Público de Uberlândia, n.º 120.

(...)“Disse ainda que em todas as Assembléias Legislativas de todos os Estados brasileiros houve uma solenidade de entre da carta aos Constituintes. Desejou contar com a participação dos 16 vereadores no sentido de apoiarem as reivindicações das mulheres na Constituinte”.⁷⁶

Dessa forma, as mulheres se colocaram nas instâncias de poder, através dos valores vividos, experimentados, pela sua condição de mulher, buscando “desmontar” toda essa teia de relações materiais e sociais, que foram aprendidas e assimiladas em sua vida social.

(...)“Os valores não são “pensados”, nem “chamados”, são vividos e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material [...] São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e “aprendidas” no sentimento) no “habitus” de viver; e aprendidas em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata”.⁷⁷

As mulheres experimentaram por algum tempo a condição de sujeitos à margem, entretanto, por meio de suas lutas e conquistas elas demonstraram que estavam presentes no espaço público, essa tomada de consciência passou pela organização de movimentos até a sua crescente participação no mercado de trabalho e na política. Nas palavras de Perrot, “a mulher têm o poder, e o têm de várias formas”. Essa prerrogativa se tornou constante na luta pelos espaços de poder. Por meio de estratégias variadas, as mulheres conquistaram o seu lugar nas instâncias de poder.

Portanto, em Uberlândia e região, assim como em todo o país, a conquista de um lugar para os assuntos femininos, nas instâncias de poder, só veio agregar ao movimento de luta por direitos, e demonstrar que as mulheres já estavam presentes no espaço público, de muitas maneiras, mesmo que elas não fossem perceptíveis, pelo poder público.

2.4 Do lugar social à interdição da fala

⁷⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Ata da Terceira Sessão da Segunda Reunião Ordinária**, 1987. Arquivo Público de Uberlândia, documento: Fundo da Câmara Municipal, série: Atas, subsérie: Atas da Câmara Municipal, n.º 0126.

⁷⁷ THOMPSON, E. P. , 1981, p. 194.

A partir de suas lutas e conquistas, as mulheres alcançaram o direito de estar no espaço público. Podemos observar ao longo da discussão, aqui promovida, como os movimentos foram galgando seus espaços de poder. Entretanto, uma questão surgiu para nós – quem são estas mulheres, e de que lugar elas falam?

Já demonstramos que o jornal (Correio) elegia “personalidades importantes”, assim como, o movimento feminista delineava o perfil das mulheres, dele participantes – **mulheres brancas, de classe média alta, escolarizadas**; como também, salientamos que as “**outras mulheres**” – **trabalhadoras, das camadas populares**; etc se colocaram no debate. Contudo, nossa preocupação é analisar como o lugar social (classe) destas mulheres influenciou no seu acesso á fala e á visibilidade política.

“Saindo de um universo até então eminentemente privado, a mulher principalmente da elite, destaca-se como o primeiro personagem desse processo [...] Então, em pequenas folhas e revistas, senhoras da sociedade paulistana, aglutinadas em restritos grupos e associações, Começam a atuar em um campo que antes não lhes era próprio”.⁷⁸

Podemos notar na fala de Cruz, que as mulheres da classe média alta, tinham facilidade em tratar com a imprensa, diferentemente de outros grupos, que na maioria das vezes, nem possuíam acesso para divulgar seus movimentos. Isso, constitui se em um limite para á fala desses grupos. Aqui em Uberlândia, essa situação não foi diferente. Os movimentos de mulheres das camadas populares raramente apareciam no jornal, enquanto, outras camadas figuravam á frente das questões femininas, na cidade e região.

“A organização dos Encontros regionais sobre o tema ‘‘A mulher na Constituinte’’ tem em sua linha de frente a participação do Grupo de Mulheres do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, vereadoras, da região, Câmara Municipal, primeiras-damas...”⁷⁹

Onde estavam essas “outras mulheres”? Afinal, elas também lutaram por seus direitos. Elas estavam em espaços não institucionalizados, “nas ruas”, “nos

⁷⁸ CRUZ, Heloísa de Faria, 2000, p. 66.

⁷⁹ Próximo Encontro Regional “A Mulher na Constituinte”. **Correio**, Uberlândia, p. 01, 06 de jan. 1986. Arquivo Público de Uberlândia, n.º 116.

mercados”; etc, mas, elas também se organizaram em grupos, integrando um lugar na vida pública.

“Aquilo que é dado e o que é escondido, aquilo que é louvado e o que é censurado, compõem o imaginário de uma sociedade, através do qual seus membros experimentam suas condições de existência. Não quer dizer que todos os discursos sejam iguais e nem mesmo que derivem de uma mesma matriz discursiva [...] Constitui-se um novo sujeito político quando emerge uma matriz discursiva capaz de ordenar os enunciados, nomear aspirações difusas ou articulá-las de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam nesses novos significados. É assim que, formados no campo comum do imaginário de uma sociedade, emergem matrizes discursivas que expressam as divisões e os antagonismos dessa sociedade”.⁸⁰

Como nos coloca Sader, é através do modo que os sujeitos “experimentam suas condições de existência”, que estes se inserem na busca por novos espaços de representatividade. Foi a partir de seu cotidiano, que as mulheres das camadas populares constituíram grupos de reflexão e atuação, que culminaram em sua incorporação a movimentos outros. Mas, por que essas mulheres ficaram á margem? Talvez, porque suas estratégias de atuação eram outras. Vinculadas á necessidades imediatas – uma escola, creche; etc. Contudo, os movimentos femininos cooptaram suas demandas. Porém, essas “outras mulheres” se fizeram ouvir enquanto “força política”.

“Viajou na noite de ontem, 12, para Belo Horizonte com o propósito de participar do “Encontro Estadual pelos Direitos da Mulher na Constituinte” que se realiza hoje, sábado, até ás 18 horas, uma delegação de 45 mulheres representadas de diversos movimentos de mulheres em Uberlândia, a exemplo de Associações de moradores, movimento negro, clube de mães, associação de domésticas, entre outras”.⁸¹

Através do fragmento acima, podemos observar que essas mulheres estavam envolvidas no debate Constituinte. A partir da organização em diversos segmentos – de mulheres negras, mães; etc, elas compunham o “corpo” do movimento. Mas, por que sua atuação não era evidenciada? Uma possível explicação pode ser encontrada na distinção entre o movimento feminino e o feminista, bem como, no discurso desse último, que na maioria das vezes, não contempla essas “outras mulheres”. Essas mulheres construíam seus movimentos “tendo por base á moradia, á paróquia, as

⁸⁰ SADER, Eder, 1988, p. 59-60.

⁸¹ Delegação de mulheres de Uberlândia em BH. **Correio**, Uberlândia, p. 06, 13 set. 1986. Arquivo Público de Uberlândia, n.º: 118.

restrições políticas” (BLAY, Eva, 1983, p. 88), ou seja, seu *lugar social* de fala era outro, o espaço da rua, do bairro de periferia; etc que de algum modo já delimitava sua participação na sociedade.

Em relação às mulheres de Uberlândia, essa realidade não era muito diferente. O jornal destacava a atuação das mulheres de classe média, e que faziam parte de instituições governamentais. Até quando esse se referia a essas “outras mulheres”, elencava grupos ligados às lideranças.

“Nilza Alves adiantou que esse encontro será de lideranças sindicais femininas e deverá ser precedido de Encontros ou Seminários nos Estados, levando o debate às trabalhadoras nas diversas categorias profissionais, tendo como coroamento o debate nacional em Brasília e para isso, foi criada uma Comissão Organizada, a nível nacional, da qual ela faz parte, composta por representantes das Confederações de Trabalhadores das Centrais Sindicais, do CONFEA e dos Conselhos dos Direitos da Mulher”.⁸²

Podemos notar, que mesmo quando se trata de um encontro de mulheres trabalhadoras, a figura destacada pelo jornal foi a da vereadora, como se estas mulheres não pudessem falar por si. Entretanto, é importante salientar que a atuação destas “outras mulheres” foi significativa na formação dos diversos movimentos de mulheres, inclusive nas mudanças estruturais da sociedade, para o reconhecimento de sua cidadania.

“Na nossa percepção, tais mudanças institucionais, econômicas e culturais são resultados inequívocos da participação feminina nos movimentos sociais e políticos nos quais elas se engajaram quando da transição do regime militar (ao longo dos anos 70) para a democratização do país (nos anos 80). São resultados também de processos de institucionalização de demandas sociais combinados ao espaço de implementação de outros formatos e desenhos de políticas públicas”.⁸³

Os movimentos sociais – de bairros, Igreja; etc foram e continuam sendo importantes no engajamento das mulheres na vida pública, e na política. Segundo nos

⁸² Nilza Alves no encontro nacional “A Mulher e as leis trabalhistas”. **Correio**, Uberlândia, p. 03, 28 out. 1987. Arquivo Público de Uberlândia, n.º: 123.

⁸³ SIMÕES, Solange e MATOS, Marlise. “Ideias Modernas e Comportamentos Tradicionais: a persistência das desigualdades de gênero no Brasil”. In: SOUZA, Mário F. de. (org.). *Desigualdades de gênero no Brasil: novas ideias e práticas antigas*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010, p.16. (PARTE I – Gênero, Participação Política e Cidadania)

demonstra Simões e Matos, eles ainda são a escolha das mulheres, quando o assunto é participação política.

(...)''Segundo pesquisas recentes (Word Values Survey 2007; Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2002 e 2005), as mulheres brasileiras têm se engajado ativamente nas associações cívicas tanto quanto naquelas instituições típicas do ativismo político através dos movimentos sociais, das associações comunitárias, dos grupos de mães, dos sindicatos, dos partidos políticos, etc''.⁸⁴

Essas “outras mulheres” também estavam presentes na construção de uma história de autonomia e participação política, no espaço público; e os movimentos sociais se constituíam na afirmação dessa *atividade*. Elas estavam aos poucos construindo sua identidade política, e o estavam justamente devido esta condição de marginalizadas. (...)''Os movimentos sociais tiveram de constituir suas identidades enquanto sujeitos precisamente porque elas eram ignoradas nos cenários públicos instituídos'' (SADER, Eder, 1988, p. 199).

É notório que mesmo que a fala dessas mulheres fosse ignorada ou limitada, elas estavam se organizando, a partir de demandas próprias, e sua “incorporação nessas comunidades significava para seus membros sua inserção numa história pública, diversa da comunidade familiar” (SADER, Eder, 1988, p. 166), ou seja, uma tomada de consciência, uma percepção de sua força enquanto classe.

Já destacamos que o movimento procurou dialogar com esses segmentos, mas, ainda nos questionamos se a voz destas “outras mulheres” foi realmente ouvida, e se suas demandas foram incorporadas às propostas do movimento. Afinal, o que estava em disputa eram valores, “toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta de valores [...]” (THOMPSON, E. P. , 1981, p. 190), e valores determinados por um outro segmento social.

As propostas das mulheres para a Constituinte, de algum modo, procuravam atender a “todas” as mulheres, mas, sabemos que muito ainda necessitava ser feito, uma vez que, as restrições à fala deste ou daquele grupo, eram constantes no momento do debate Constituinte.

“Jaqueline Pitanguy concorda que muitos avanços já foram conquistados, citando a ampliação da licença paternidade de oito dias. “O reconhecimento da profissão de doméstica e o direito da mãe

⁸⁴ Ibidem, p. 29.

presidiária permanecer com seu filho durante o processo de amamentação também foram conquistas significativa”, garantiu. Mas a comissão dos direitos da mulher, segundo sua presidente, ficará atenta às novas proposições, tentando convencer os constituintes a ir contra aquelas consideradas em retrocesso(...)”.⁸⁵

O que pretendemos destacar é que essas “outras mulheres” já lutavam por um benefício e outro, em seu dia-a-dia, anteriormente a formação de movimentos de mulheres, e a repercussão dos ideais feministas. Elas também sabiam reconhecer seus direitos, e possuíam suas próprias estratégias de atuação. O que nos parece, é que o discurso feminino, às vezes, torna isso muito reduzido, como se “todas as mulheres” se reconhecessem ali, em sua voz, e como se só tivessem começado a falar de sua condição na sociedade a partir dali.

“Com a categoria experiência, conforme palavras de Thompson, a estrutura é transmutada em processo e os sujeitos são reintroduzidos na história, não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas Determinadas como necessidades e interesses e como antagonismo(...)”.⁸⁶

É sobre essa “experiência” que queremos falar. E é a partir dela que estas “outras mulheres” se inserem no espaço público, questionando as restrições políticas, à sua fala e às suas ações. Nesse sentido, a experimentação desse novo espaço de poder, funciona como um “divisor de águas”, para compreensão dessas mulheres, sobre o processo no qual estavam envolvidas.

A partir de suas experiências/vivências, essas mulheres vão construindo seus espaços de luta, e questionando seu direito à fala, nos cenários institucionais. È através desses espaços, que elas também constroem sua identidade social.

“Embora as pessoas se encontrem, de saída, numa sociedade estruturada já de determinada maneira, a constituição histórica das classes depende da experiência das condições dadas, o que implica tratar tais condições no quadro das significações culturais que impregnam. E é na elaboração dessas experiências que se identificam interesses coletivos, movimentos sociais. (E certamente, na medida em que tais movimentos constituem um agente ativo na formação social, mesmo aquela “estrutura já dada” é também produzida pelas interações e lutas de classes)”.⁸⁷

⁸⁵ Mulheres reivindicam direitos. **Correio**, Uberlândia, p. 03, 04 mar. 1988. Arquivo Público de Uberlândia, n.º: 125.

⁸⁶ ALMEIDA, Paulo Roberto de. ; KOURY, Iara A. e MACIEL, Laura A. (org.). Outras histórias: memórias e linguagens. “Introdução”. São Paulo: Olho d’ Água, 2006, p. 11.

⁸⁷ SADER, Eder, 1988, p. 44-45.

Contudo, o movimento era composto por mulheres brancas, de classe média alta, escolarizadas; mas, também o era por mulheres negras, trabalhadoras; etc, pois, elas também se fizeram ouvir, apesar das limitações de estrutura social. Pois, é a partir dessas relações, das “experiências das condições dadas”, que nos remete Sader, que estas “outras mulheres” travam suas lutas com o sistema.

Aqui em Uberlândia, as mulheres das camadas populares e dos movimentos sociais – clubes de mães, movimentos de mulheres negras; etc, foram muito importantes na construção do movimento de mulheres, por um constituinte mais democrática, assim como na atuação na região, atribuindo mais visibilidade ao movimento de Uberlândia, frente á outros movimentos do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Entretanto, como pudemos observar, essas “outras mulheres” aparecem raramente no contexto do jornal. Talvez elas figurem com mais freqüência e importância, em outras fontes (por exemplo em panfletos, cartilhas; etc, dos movimentos sociais), o que não foi possível neste trabalho, mas se constitui como um norte para um novo estudo. O que fica evidente, é que a fala dessas mulheres era limitada, e o era por diversos mecanismos de interdição, sendo um dos mais eminentes seu lugar social de fala – *a classe social*.

Assim, mesmo com a conquista de um novo espaço – o público, pelas mulheres, muitas ainda continuam á margem das decisões que esse reservava. Porém, estas “outras mulheres” também possuíam estratégias de intervenção e poder, sendo a análise desses, um jogo de poder, na medida em que, a produção do conhecimento está ancorada em valores e escolhas. “As mulheres e a política: é ainda um vasto campo de reflexão para nossos esforços conjuntos” (PERROT, Michelle, 1988, p. 173), constituindo-se matéria para diversos estudos.

Conclusão

O processo de ingresso da mulher no espaço público é de grande valia para nós historiadores, na medida em que, ele inaugura a entrada de “novos personagens” na história, possibilitando uma gama de outros estudos.

Contudo, o marco desse processo pode ser evidenciado nas novas abordagens historiográficas – antropologia, história das mentalidades, novos campos da história social; que contribuíram sobremaneira para um olhar mais apurado do historiador, sob os excluídos da história. Nesse sentido, a história social, principalmente a análise de Thompson a respeito da experiência, representou um passo significativo para o aprofundamento de nossa pesquisa.

A partir da compreensão de que o acontecer social não se dá de forma rígida, mas, através das experiências/vivências dos sujeitos históricos, que experimentam as condições dadas, podemos observar o movimento, ou seja, perceber primeiro o sujeito e através dele a conjuntura.

É o que procuramos fazer ao longo desse trabalho. Para nós, o sujeito – mulheres, apenas iluminou toda uma série de aspectos, que estavam sendo travados no período de redemocratização política. Dentre eles, a explosão dos movimentos sociais, de várias vertentes: femininos, sindicais, político; etc que questionavam a sociedade, então instituída pelo regime militar.

Outro autor importante no nosso diálogo como o movimento feminino, dentre outros, foi Sader. Suas proposições a respeito da entrada desses “novos personagens” na cena pública, sinalizou pontos relevantes desse processo. Um desses pontos – a formação de movimentos femininos, a partir de comunidades eclesiais de base (Clubes de mães), associações de bairro e fábricas, chamou nossa atenção para “outras mulheres”, que também estavam no espaço público, mas não tinham tanta visibilidade na imprensa e nos movimentos feministas.

Compreendemos que estas mulheres também estavam organizadas, e tinham consciência de seus direitos, porém, elas não se reconheciam ali (discurso feminista), suas questões eram outras, norteadas por seu **cotidiano**, sua **experiência**, sendo, portanto imediatas – asfalto, creche; etc. E foi essas “outras mulheres” que buscamos

tornar visíveis, durante a pesquisa. À contribuição delas se instituiu como um aspecto importante dos movimentos de luta, uma vez que, elas já estavam nas ruas, fazendo-se ouvir, anteriormente à constituição de movimentos feministas, e da repercussão de seus ideais no país.

Nossa análise, da característica dos movimentos feministas, também passou pela interdição da fala, condição proeminente do lugar social dessas “outras mulheres”, na medida em que, o movimento feminista é constituído por outros segmentos – mulheres brancas, de classe média alta, escolarizadas. Essa característica também se refletiu na imprensa, que raramente dava destaque à essas mulheres.

A fonte aqui estudada – Jornal Correio de Uberlândia, não segue uma lógica muito diferente. Isso nos remete aos pontos salientados por Maciel: as forças em disputa no jornal e a seleção de fatos e personagens. O jornal fatia o acontecer social, fazendo das notícias o próprio acontecimento, ou seja, construindo opiniões sobre o fato, que muitas vezes, passam a figurar como “realidade”, “aquilo que realmente aconteceu”, para o grupo que a ele têm acesso.

No entanto, a construção dessa história/memória da mulher, ainda é para nós um tema em construção e discussão. Não basta somente incluí-las na história, e preciso refletir como (problematizar), que história é essa. Creio ser mais uma das muitas perguntas que nos rondam, quando tratamos desse tema. Para nossa pesquisa, os ideais feministas parecem ser um tanto limitados, quando pretendemos dar conta destas “outras mulheres”.

Pretendemos ainda explorar com mais aprofundamento, essas outras histórias, construídas por essas “outras mulheres”, que na maioria das vezes, continuam excluídas/alijadas desse saber. Entretanto, essas questões se constituem em pautas para outros estudos, que não tivemos fôlego, para proceder nesse momento. Mas, queremos evidenciar que essas “outras mulheres” não eram passivas da própria história, e que elas sabiam de seus direitos, assim como o sabiam reivindicá-los.

Nas palavras de Thompson:

“Ler a história das mulheres como uma história de vítimas, como se qualquer coisa antes de 1970 fosse pré-história feminina, pode dar uma boa polêmica. Mas não é elogio para as mulheres. Fui alertado sobre esse erro logo no início de minha carreira, quando, como professor de adultos, falava numa escola diurna da Associação Educacional dos trabalhadores numa cidade-mercado na região norte de Lincolnshire [...] Uma aldeã idosa e autodidata, com um rosto perspicaz marcado pelo tempo, ficou tensa e por fim explodiu: ‘Nós mulheres conhecíamos os

nossos direitos, sabe, sabíamos o que nos era devido''. E compreendi sem embaraço que ela e outros membros da plateia tinham escutado a minha ênfase inexperiente como um insulto. Elas me instruíram que as trabalhadoras haviam criado seus próprios espaços culturais, possuíam meios de fazer valer as suas normas, e cuidavam para receber o que lhe era "devido". Talvez não fossem os "direitos" de hoje em dia, mas elas não eram sujeitos passivos da história".⁸⁸

Portanto, o que procuramos demonstrar aqui é que essas "outras mulheres", não foram massa de manobra para movimentos femininos, mas, que elas sabiam de seus direitos e de sua "força política", não sendo apenas meros espectadores desse acontecer social, mais também personagens dessa história.

⁸⁸ THOMPSON, E. P. , 1988, p. 346.

Fontes

Jornal Correio de Uberlândia – 1985-1988.

Acervo: Hemeroteca
Arquivo Público de Uberlândia

Volumes consultados:

- N.º 111 – Janeiro a Abril de 1985;
- N.º 112 – Maio a Agosto de 1985;
- N.º 113 – Setembro a Dezembro de 1985;
- N.º 114 – Dezembro de 1985 a Janeiro de 1986;
- N.º 115 – Fevereiro a Março de 1986;
- N.º 116 – Abril a Junho de 1986;
- N.º 117 – Setembro a Outubro de 1986;
- N.º 118 – Novembro a Dezembro de 1986;
- N.º 119 – Novembro a Dezembro de 1986;
- N.º 120 – Janeiro a Março de 1987;
- N.º 121 – Abril a Junho de 1987;
- N.º 122 – Julho a Setembro de 1987;
- N.º 123 – Outubro a Dezembro de 1987;
- N.º 124 – Janeiro a Fevereiro de 1988;
- N.º 125 – Março a Abril de 1988;
- N.º 126 – Maio a Junho de 1988;
- N.º 127 – Julho a Agosto de 1988;
- N.º 128 – Edição comemorativa – Centenário de Uberlândia;
- N.º 129 – Setembro a Outubro de 1988;
- N.º 130 – Novembro a Dezembro de 1988.

Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes. Disponível em:
<http://www.mulheres.org.br/violencia/cartadamulher.html>.

Bibliografia

ALMEIDA, Paulo Roberto de. ; KHOURY, Yara A. e MACIEL, Laura A. (orgs.). Outras histórias: memórias e linguagens. “Introdução”. São Paulo: Olho d’ Água, 2006.

ALVAREZ, Sonia E. “Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia”. In: STEPAN, Alfred. (org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ARAÚJO, Paulo Magalhães. “Perfil político e participação da mulher no Brasil: uma análise de dados empíricos”. In: SOUZA, Márcio Ferreira de. (org.). Desigualdades de gênero no Brasil: novas ideias e práticas antigas. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010. (PARTE I – Gênero, Participação Política e Cidadania)

BLAY, Eva A. “Do espaço privado ao público: a conquista da cidadania pela mulher no Brasil”. In: **ESPAÇO E DEBATES**, v. 9, maio/agosto-83, Cortez, São Paulo.

BARREIRO, José Carlos. “E. P. Thompson e a historiografia brasileira: revisões críticas e projeções”. In: **PROJETO HISTÓRIA**. Debates com Thompson. São Paulo: PUC, v. 2, 1995.

CRUZ, Heloísa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. In: **PROJETO HISTÓRIA**, n.º 35, julho/dezembro-07, PUC-SP.

CRUZ, Heloísa de Faria. São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana, 1890-1915, São Paulo: EDUC, FAPESP. Arquivo Público do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial de São Paulo, 2000.

DAVIS, Natalie Zemon. Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França Moderna. Tradução: Mariza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. (Capítulos: III – Mulheres urbanas e mudança religiosa, V – As mulheres por cima e VII – O povo e a palavra imprensa)

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11º ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBSBAWM, Eric. “A história de baixo pra cima”. In: _____. **Sobre História**. Tradução: Cid Kinipel Moura. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MACIEL, Laura A. “Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telegrafo e imprensa”. In: Muitas memórias: outras histórias. FENELON, Déia R. ; ALMEIDA, Paulo Roberto de. e KHOURY, Yara A. (orgs.). Editora: Olho d’Água, 2004.

PRIORE, Mary Del. “História das mulheres: as vozes do silêncio”. In: FREITAS, Marcos Cezar. (org.). Historiografia brasileira em perspectiva. 5º ed. São Paulo: Contexto, 2003.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução: Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria de análise histórica. **EDUCAÇÃO E REALIDADE**, Porto Alegre, n.º 16(2), jul./dez. de 1990.

_____. “História das Mulheres”. In: BURKE, Peter. (org.). A escrita da história: novas perspectivas. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SIMÕES, Solange e MATOS, Marlise. “Ideias Modernas e Comportamentos Tradicionais: a persistência das desigualdades de gênero no Brasil”. In: SOUZA, Márcio Ferreira de. (org.). Desigualdades de gênero no Brasil: novas ideias e práticas antigas. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010. (PARTE I – Gênero, Participação Política e Cidadania)

SWAIN, Tania Navarro e MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. (orgs.). Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

THOMPSON, E. P. “A venda das esposas”. In: _____. **Costumes em Comum**. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. “O termo ausente: experiência”. In: _____. **A miséria da teoria ou planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VEIRA, Maria Do Pilar de A. ; PEIXOTO, Maria do Rosário da C. ; KHOURY, Yara A. (orgs.). *A pesquisa em história*. 2º ed. PUC-SP, Editora Àtica, 1991.

WILLIAMS, Raymond. “A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica”. Tradução B. Tannuzzi. In: **PROJETO HISTÓRIA**, n.º 35, julho/dezembro-07, PUC-SP.

Sites:

<http://www.mulheres.org.br/violencia/cartadamulher.html>

<http://www.cepia.org.br/imagens/nov.089.pdf>

<http://www.sepm.gov.br/conselho/histórico>

Anexo

Carta das Mulheres⁸⁹

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em novembro de 1986, lançou a Campanha Mulher e Constituinte. Desde então, o CNDM percorreu o país, ouviu as mulheres brasileiras e ampliou os canais de comunicação entre movimento social e os mecanismos de decisão política, buscando fontes de inspiração para a nova legalidade que se quer agora. Nessa campanha uma certeza consolidou-se: CONSTITUINTE PRA VALER TEM QUE TER PALAVRA DE MULHER.

Para nós, mulheres, o exercício pleno da cidadania significa, sim, o direito à representação, à voz e à vez na vida pública, mas implica, ao mesmo tempo, a dignidade na vida cotidiana, que a lei pode inspirar e deve assegurar, o direito à educação, à saúde, à segurança, à vivência familiar sem traumas. O voto das mulheres traz consigo essa dupla exigência: um sistema político igualitário e uma vida civil não autoritária.

Nós, mulheres, estamos conscientes que este país só será verdadeiramente democrático e seus cidadãos e cidadãs verdadeiramente livres quando, sem prejuízo de sexo, raça, cor, classe, orientação sexual, credo político ou religioso, condição física ou idade, for garantido igual tratamento e igual oportunidade de acesso às ruas, palanques, oficinas, fábricas, escritórios, assembléias e palácios.

Nesse importante momento, em que toda a sociedade se mobiliza para uma reconstrução de seus ordenamentos, gostaríamos de lembrar, para que não se repita, o que as mulheres já disseram no passado:

“Se não for dada a devida atenção às mulheres, estamos decididas a fomentar uma rebelião, e não nos sentiremos obrigados a cumprir leis para as quais não temos voz nem representação” (Abigail Adams, 1776).

Hoje, dois séculos após estas palavras no momento em que a sociedade brasileira se volta para a elaboração de uma Nova Constituição, nós mulheres, maioria ainda discriminada, exigimos tratamento especial à causa que defendemos.

Confiamos que os constituintes brasileiros, mulheres e homens, sobre os quais pesa a grande responsabilidade de refletir às aspirações de um povo sofrido e ansioso

⁸⁹ Dia 8 de março: Dia Internacional da Mulher. **Correio**, Uberlândia, p. 10, 07 mar. 1987. Arquivo Público de Uberlândia, n.º 120.

por melhores condições de vida, incorporarem as propostas desta histórica campanha do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Eis o que nós, mulheres, reunidas num Encontro Nacional, no dia 26 de agosto de 1986, queremos:

I – Princípios Gerais

Para efetivação do princípio de igualdade é fundamental que a futura Constituição Brasileira:

- 1- Estabeleça preceito que revogue automaticamente todas as disposições legais que impliquem em classificação discriminatória;
- 2- Determine que a afronta ao princípio de igualdade constituirá crime;
- 3- Acate, sem reservas, as convenções e tratados internacionais de que o país é signatário, no que diz respeito à eliminação de todas as formas de discriminação;
- 4- O reconhecimento da titularidade do direito de ação aos movimentos sociais organizados, associações e entidades da sociedade civil, na defesa dos interesses coletivos.

Tais complementos e demais normas deverão garantir aplicabilidade desse princípio.

II – Reivindicações Específicas Família

A nova Constituição deverá inspirar diversas mudanças na legislação civil, estabelecendo:

- 1- A plena igualdade entre cônjuges no que diz respeito aos direitos e deveres quanto à direção da sociedade conjugal, à administração dos bens do casal, à responsabilidade em relação aos filhos, à fixação do domicílio da família, ao pátrio poder;
- 2- A plena igualdade entre o casal no que concerne ao registro de filhos;
- 3- A plena igualdade entre os filhos não importando o vínculo existente entre os pais;
- 4- A proteção da família, seja ela instituída civil ou naturalmente;
- 5- Acesso da mulher rural à titularidade de terras em Planos de Reforma Agrária qualquer que seja seu estado civil;
- 6- A maternidade e a paternidade constituem valores sociais fundamentais, devendo o Estado assegurar os mecanismos do seu desempenho;

- 7- A lei coibirá a violência na constância das relações familiares, bem como o abandono dos filhos menores.

Trabalho

A legislação trabalhista usando por base o princípio constitucional de isonomia de garantir:

- 1- Salário igual para trabalho igual;
- 2- Igualdade no acesso ao mercado de trabalho e na ascensão profissional;
- 3- Extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários entre homens e mulheres de forma plena às empregadas domésticas e às trabalhadoras rurais;
- 4- Igualdade de tratamento previdenciário entre homens e mulheres, devendo ser princípio orientador da legislação trabalhista a proteção à maternidade e ao aleitamento através de medidas como:
 - a garantia do emprego à mulher gestante;
 - extensão do direito à creche no local de trabalho e moradia para as crianças de 0 a 6 anos, filhos de mulheres e homens trabalhadores;
- 5- Estabilidade da mulher gestante;
- 6- Licença ao pai nos períodos natal e pós-natal;
- 7- Licença especial às pessoas momento da adoção, sem prejuízo de emprego e do salário, independente da idade do adotado;
- 8- Proteção à velhice com integridade salarial em casos de aposentadoria ou pensão por morte;
- 9- Eliminação do limite de idade para prestação de concursos públicos;
- 10- Direito do marido ou companheiro a usufruir dos benefícios previdenciários decorrentes da contribuição da esposa ou companheira;
- 11- Extensão dos direitos previdenciários dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais, homens e mulheres;
- 12- Direito de aposentadoria especial aos trabalhadores rurais: 50 anos de idade para as mulheres e 55 para os homens, bem como aposentadoria por tempo de serviço aos 25 anos para as mulheres e 30 para os homens, com salário integral;
- 13- Direito de sindicalização para os funcionários públicos;
- 14- Salário família compatível com a realidade, extensivo aos menores de 18 anos.

Saúde

- 1- O princípio “a saúde é um direito de todos e dever do Estado”, na especificidade “mulher”, deve garantir que as ações de saúde prestadas á população sejam entendidas como atos de coparticipação entre todos e o Estado, envolvendo direitos e deveres de ambos;
- 1.1-Criação de um Sistema Único de Saúde constituído a partir de uma nova política nacional de saúde e implementado por serviços públicos de saúde coletiva e assistência médica integrados, submetendo-se os serviços privados ás diretrizes e controle do Estado;
- 1.1-O Sistema Único de Saúde deve ser guiado e fiscalizado pela população organizada, que, através de Conselhos Comunitários, deverá participar das decisões sobre programas de Financiamento;
- 2- Garantia de Assistência Integral á Saúde da Mulher em todas as fases de sua vida, independente de sua condição biológica de produtora, através de programas governamentais discutidos, implementados e controlados com a participação das mulheres;
- 3- Proibição de toda e qualquer experimentação com mulheres e homens de substâncias, drogas, meios anticoncepcionais que atentam contra a saúde e não sejam de pleno conhecimento dos usuários nem fiscalizados pelo poder público e a população;
- 3.1-Fiscalização da produção, venda, distribuição e comercialização de meios químicos e hormonais de contracepção, proibindo a comercialização de drogas em fase de experimentação por empresas nacionais e internacionais;
- 4- Garantia a todos os cidadãos homens e mulheres, contribuintes ou sujeitos de direito, da igualdade de tratamentos em todas as ações da Previdência Social;
- 5- Será vedada ao Estado e ás entidades nacionais e estrangeiras toda e qualquer ação impositiva que interfira no exercício da sexualidade. Da mesma forma, será vedada ao Estado e ás entidades nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, promover o controle de natalidade;
- 6- Será garantido á mulher o direito de conhecer e decidir sobre seu corpo;
- 7- Será garantido á mulher o direito de amamentar seus filhos ao seio;

- 8- O Estado reconhecerá a maternidade e a paternidade relevante função social, garantindo aos pais os meios necessários à educação, creche, saúde, alimentação e segurança de seus filhos;
- 9- Garantia de livre opção pela maternidade, compreendendo-se tanto a assistência ao pré-natal, parto e pós-parto, como direito de evitar ou interromper a gravidez sem prejuízo para a saúde da mulher;
- 10- É dever do Estado oferecer condição de acesso gratuito aos métodos anticoncepcionais, usando metodologia educativa para esclarecer os resultados, indicações, contra indicações, vantagens e desvantagens, alargando a possibilidade de cada mulher e, ao momento específico, de sua história de vida.

Educação e Cultura

- 1- A educação, direito de todos e dever do Estado, visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, dentro dos ideais de defesa da democracia, do aprimoramento dos direitos humanos, da liberdade e da convivência solidária;
 - 1.1-A educação dará ênfase à igualdade dos sexos, à luta contra o racismo e todas as formas de discriminação, afirmando as características multiculturais do povo brasileiro;
 - 1.2-O ensino da história da África e da Cultura afro-brasileira deverá ser obrigatório desde de educação básica;
- 2- A educação é prioridade nacional e cabe ao Estado responsabilizar-se para que seja universal, pública, gratuita, em todos os níveis e períodos, desde o primeiro ano da criança;
 - 2.1-É dever do Estado combater o analfabetismo.
- 3- Os recursos públicos deverão destinar-se exclusivamente à escola pública, objetivando a qualidade do ensino, sua expansão e manutenção;
 - 3.1-Cabe ao Estado atenção especial à formação dos agentes da educação e às condições em que exerce o seu trabalho visando a qualidade do ensino.
- 4- O estado deverá dar atenção especial aos alunos portadores de deficiência físicas ou mentais.
- 5- Caberá ao Estado garantir o acesso da mulher rural e urbana, a cursos de formação, reciclagem e atualização profissional;

- 6- É dever do Estado zelar para que a educação e os meios de comunicação estejam a serviço de uma cultura igualitária;
- 6.1-O Estado garantirá perante a sociedade a imagem social da mulher, como trabalhadora, mãe e cidadã responsável pelos destinos da nação, em igualdade de condições com o homem, independente da origem étnico-racial;
- 7- O Estado assegurará a liberdade de pensamento e expressão, a liberdade de produção, distribuição e divulgação do produto cultural pelos meios de comunicação social, desse que não veiculem preconceitos e estereótipos discriminatórios;
- 8- Deverão ser incorporados aos estudos e estatísticas oficiais dados relativos a sexo, raça e cor.

Violência

- 1- Criminalização de quaisquer atos que envolvam agressões físicas, psicológicas ou sexuais à mulher, fora e dentro do lar;
- 2- Consideração do crime sexual como “crime contra pessoa” e não como “crime contra os costumes”, independentemente de sexo, orientação sexual, raça, idade, credo, religioso, ocupação, condição física ou mental ou convicção política.
- 3- Considerar como estupro qualquer ato ou relação sexual forçada, independente do relacionamento ou não e do local em que ocorra;
- 4- A lei não dará tratamento nem preverá penalidade diferenciadas aos crimes de estupro e atentado violento ao pudor.”
- 5- Será eliminada da lei a expressão “mulher honesta”;
- 6- Será garantida pelo Estado a assistência médica, jurídica, social e psicológica a todas as vítimas de violência.
- 7- Será punido o explorador ou exploradora sexual da mulher e todo aquele que induzir à prostituição;
- 8- Será retirado da lei o crime de adultério;
- 9- Será responsabilidade do Estado a criação e manutenção de albergues para mulheres ameaçadas de morte, bem como o auxílio à sua subsistência e de seus filhos.
- 10- A comprovação de conjunção carnal em caso de estupro poderá realizar-se mediante laudo emitido por qualquer médico, da rede pública ou privada;

- 11- A mulher terá plena autonomia para registrar queixas, independentemente da autorização do marido;
- 12- Criação de Delegacias Especializadas no atendimento á mulher em todos os municípios do país, mesmo naqueles nos quais não se disponha de uma delegacia da mulher.

Questão Nacionais e Internacionais

- 1- Garantia de integração ao texto constitucional dos Tratados e Convenções Internacionais, dos quais o Brasil é subscritor, que consagrem os direitos fundamentais, humanos e sociais, entre os quais, os que proíbem tratamento discriminatório, com exigibilidade do seu cumprimento;
- 2- Reforma agrária com a distribuição de terra aos que nela trabalham, com a garantia de assistência técnica e crédito necessários;
- 3- Soberania na negociação da dívida externa, resguardando os interesses nacionais e do povo brasileiro.
- 4- Reforma tributária de forma a beneficiar os municípios;
- 5- Liberdade e autonomia sindicais;
- 6- Direito de greve extensivo a todos as categorias profissionais;
- 7- Política responsável de produção ao meio ambiente;
- 8- Política de desenvolvimento tecnológico com preservação do meio ambiente e da soberania nacional;
- 9- Definição de uma política que mantenha a integridade das populações indígenas, impedindo o genocídio a que vem sendo submetida;
- 10- Democratização do Estado e das instituições, mediante revogação da Lei de Segurança Nacional e de toda a legislação representativa;
- 11- Acesso ás filhas de informação individual mantidas pelos órgãos de informação do governo;
- 12- Paz nas relações internacionais, apoio ás manifestações contra corrida armamentista e impedindo á representação nuclear no Brasil.
- 13- Política externa baseada no princípio de auto determinação dos povos e de não ingerência, vedada qualquer participação em agressões externas, salvo para a defesa do território nacional;
- 14- Política de não relacionamento de qualquer espécie com país que praticam preconceito racial;

15- Respeito ao princípio de independência entre os três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, buscando-se o princípio de que todo o poder emana do povo.

CONSTITUINTE PRA VALER TEM QUE TER DIREITOS DA MULHER.